



19



O modo petista de fazer eleições



RESOLUÇÕES DO ENCONTRO NACIONAL DE MOVIMENTOS POPULARES E POLÍTICAS SETORIAIS DO PT

**Resoluções do Encontro Nacional
de Movimentos Populares e
Políticas Setoriais do PT**



Brasília/ DF, 17 e 18 de maio de 2008.

ÍNDICE

Apresentação	7
Programação	9
Encontros setoriais realizados	10
1. Setorial Comunitário	11
2. Setorial de Economia Solidária	16
3. Setorial de Educação	21
4. Setorial de Esporte e Lazer	29
5. Setorial de Moradia e Reforma Urbana	34
6. Setorial de Pessoas com Deficiência	41
7. Setorial de Saúde	48
8. Setorial de Transporte	59
9. Núcleo Setorial Agrário	65

Apresentação

Mais um passo na relação do PT com os Movimentos Sociais

Os encontros setoriais nacionais do PED 2007, realizados em Brasília nos dias 16, 17 e 18 de maio de 2008, representam mais um e decisivo passo para qualificar a relação do PT com os movimentos sociais, nos marcos das resoluções do III Congresso Nacional do Partido.

O III Congresso relançou, com uma resolução construída e votada unitariamente com grande participação dos Setoriais e da Secretaria Nacional de Movimentos Populares, a perspectiva de construção setorial, consolidando avanços já alcançados em Congressos e encontros nacionais anteriores e inovando com importantes alterações no seu espaço institucional.

Assim, foi assegurado aos setoriais o papel de organização da militância petista nos movimentos sociais – inscrito desde sua criação, no I Congresso do PT – e agregados dois novos papéis: o de elaboração de políticas públicas setoriais e o de representação partidária na relação com os governos em cada setor de atuação administrativa, no exercício da autonomia entre Partido e Governos, em todos os níveis.

Foram criados os núcleos setoriais de base, zonais, municipais, estaduais e nacionais e aprovadas propostas no sentido de fortalecer a Secretaria Nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais em todos os níveis de organização partidária.

Nos marcos destas resoluções, realizaram encontros setoriais coordenados pela SNMP, no primeiro semestre de 2008, os seguintes setoriais: Assuntos Indígenas, Ciência e Tecnologia, Comunitário, Economia Solidária, Educação, Esporte e Lazer, LGBTTT, Moradia, Pessoas com Deficiência, Saúde, Segurança Alimentar e Transporte, além de Agrário e Direitos Humanos - futuras secretarias a serem implantadas no PED 2009.

Destes, oito setoriais obtiveram quorum nacional, realizaram seus encontros, aprovaram resoluções e elegeram coordenações setoriais nacionais: Comunitário, Economia Solidária, Educação, Esporte e Lazer, Moradia, Pessoas com Deficiência, Saúde e Transporte. Constituíram núcleos setoriais nacionais: Assuntos Indígenas, LGBTTT e Agrário, futura Secretaria Agrária Nacional. Realizarão após deliberação do Diretório Nacional seus encontros nacionais pela primeira vez: Ciência e Tecnologia, Segurança Alimentar e Direitos Humanos.

Na véspera dos encontros setoriais nacionais, realizou-se também em Brasília a plenária do Coletivo da SNMP, composta pelos/as coordenadores/as setoriais nacionais e pelos/as secretários/as estaduais de Movimentos Populares e Políticas Setoriais, que aprovou o plano de trabalho da SNMP para 2008 e 2009.

O saldo final deste processo foi altamente positivo.

Ampliamos nossas relações com os movimentos sociais, em particular com a Coordenação dos Movimentos Sociais e os movimentos que a constituem.

Aprofundamos o processo de unificação da intervenção dos/as petistas em Congressos e movimentos sociais, entre eles o da CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores, iniciando relações institucionais do PT com o PCdoB e outros partidos aliados no movimento comunitário, e participamos, representando o PT, dos principais congressos e eventos dos movimentos sociais em escala nacional.

Realizamos campanhas setoriais que marcaram a presença do PT em lutas como a regulamentação da Emenda Constitucional 29, a criminalização da homofobia, a acessibilidade e a aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Constituímos, com outras Secretarias, o Grupo de Trabalho do PT para o Fórum Social Mundial, assumindo por delegação do PT a representação do Foro de São Paulo no Conselho Internacional do FSM.

Participamos do esforço de elaboração das diretrizes dos programas de governo municipais, coordenado, por delegação da Direção Nacional do PT, à Fundação Perseu Abramo.

Na elaboração programática, ressaltamos os seminários nacionais realizados pelos Setoriais Nacionais de Transportes (sobre concessões rodoviárias) e Educação (sobre a política nacional de educação do governo Lula), entre outros encontros de reflexão e debate sobre políticas públicas.

Na relação com o Governo Federal, ampliamos as relações dos setoriais nacionais com a direção partidária e com os/as petistas no governo federal, facilitando a relação com os Ministérios e órgãos do governo Lula no exercício da autonomia Partido/Governo. Registramos a participação dos Ministros Fernando Haddad, Paulo Vannuchi e José Gomes Temporão nas atividades dos setoriais da Educação, LGBTTT, Pessoas com Deficiência e Saúde, além de dirigentes e representantes dos Ministérios da Justiça, do Trabalho, dos Esportes, do Desenvolvimento Agrário, da Educação, da Saúde, dos Transportes, da Casa Civil e da Secretaria Geral da Presidência, bem como da Funai e do Incra.

Tomamos a iniciativa de propor e coordenar atividades nas campanhas contra a criminalização do MST e dos movimentos sociais e em favor da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, propondo e aprovando resoluções importantes sobre esses e outros temas da luta social pela Executiva Nacional do PT.

Isso significa que os encontros setoriais nacionais compõem um conjunto de iniciativas partidárias, respaldadas pela Comissão Executiva Nacional e pelo Diretório Nacional do PT, voltadas para o fortalecimento de uma nova relação do Partido com os movimentos sociais e os governos que integramos, nos marcos do III Congresso Nacional do PT. Essa nova relação continuará sendo a prioridade da SNMP para 2009 e para o PED futuro, que esperamos venha a contribuir ainda mais para o fortalecimento da ação setorial do PT desde os municípios até o plano nacional.

Renato Simões

Secretário Nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais do PT

Setembro de 2008

Programação

Dia 16

14h às 20h – Reunião do Coletivo Nacional da SNMP – Secretários/as Estaduais e Coordenadores/as Nacionais dos Setoriais – Auditório do Escritório Nacional do PT

14h às 22h – Credenciamento de Delegados/as – Salão Azul do Hotel Nacional

19h – Aprovação do Regimento Interno – Salão Azul do Hotel Nacional

20h às 22h – Abertura – Debate: “O Brasil que Temos e o Brasil que Queremos” – Conjuntura, Tarefas do PT e Lutas dos Movimentos Sociais no Brasil

Dia 17

9h às 12h – Abertura dos Encontros Setoriais Nacionais – Hotel Nacional

9h às 16h – Credenciamento de Delegados/as – Hotel Nacional

11h às 16h – Credenciamento de Suplentes autorizados pelas direções estaduais e coordenações setoriais nacionais – Hotel Nacional

14h – Palestra: Movimentos Sociais, Políticas Urbanas e o Município – Salão Azul do Hotel Nacional

15h às 18h – Continuidade dos Encontros Setoriais Nacionais – Hotel Nacional

16h às 18h – Credenciamento dos demais Suplentes – Hotel Nacional

18h – Debate: Governo, Movimentos Sociais e Construção Partidária – Salão Azul do Hotel Nacional

Dia 18

9h às 12h – Continuidade dos Encontros Setoriais Nacionais – Eleição das Coordenações Nacionais – Hotel Nacional

12h – Plenária de Encerramento dos Encontros Setoriais Nacionais – Salão Azul do Hotel Nacional



I. Setorial comunitário

Tese aprovada

O PT nasceu da necessidade histórica dos (as) trabalhadores (as) organizarem o seu Partido político para mudar a realidade com as suas próprias mãos. Como diz Florestan Fernandes, “é das mãos, da consciência social revoltada e da ação coletiva organizada dos de baixo que resultarão os requisitos estruturais e dinâmicos que faltam para que eles próprios passem do ranger de dentes para a organização de uma democracia da maioria e dela para o socialismo”.

E, de fato, desde a sua fundação, para o PT, essa vinculação orgânica com os movimentos populares era uma realidade. A sua própria força emanava deles e neles se alimentava. Contudo, particularmente em relação ao movimento comunitário, o partido avançou muito pouco na elaboração de uma política que vértebras a atuação dos militantes nas várias frentes onde atuavam.

Muito especialmente a partir dos anos 90, a imersão na institucionalidade cresceu muito em detrimento da presença organizada e organizadora nos movimentos, o que gerou um desequilíbrio perigoso, fragilizando o efetivo protagonista da base partidária. O PT nunca teve tanta representatividade eleitoral, mas o partido está fragilizado, submetido ao calendário eleitoral, ausente do movimento real, das pequenas iniciativas da luta de classes que constroem a organização popular. E toda vez que o partido se afasta dos movimentos, afrouxa seus princípios políticos e programáticos e corre o risco de progressiva cooptação pelo eleitoralismo e pelo poder burguês.

A fragilização dos vínculos do PT com os movimentos reforça o corporativismo dos próprios movimentos, dificulta avanços na organização e na consciência, e abre mais espaço político para o clientelismo e para a cooptação de suas lideranças pelo Estado. Uma coisa, porém, é certa: o PT cumpriu e continua cumprindo um papel importante na luta por um país mais justo e mais democrático.

A brutal crise pela qual passamos, nos fez compreender o quanto é necessário retomarmos, com ofensividade, essa originalidade do PT. Não só para que ele volte a ser o en-

contro dos lutadores mais avançados, mas para que seja o espaço de socialização de suas lutas e de construção de um PROJETO ESTRATÉGICO DE MUDANÇAS que a todas articule e unifique ao redor de um programa de construção de uma nova sociedade, uma sociedade socialista. Estratégia de ação que supere os localismos, a lógica reivindicativa, os interesses particulares de pessoas e grupo (tendências, mandatos).

As demandas específicas só ganham um papel transformador se conjugadas com as demandas gerais da sociedade, articuladas em um projeto nacional, democrático e popular claro, formulado em idéias e linguagem acessíveis para a maioria da população, sobretudo os setores desorganizados. Exigem um grande esforço de atualização do projeto socialista, hoje novamente na ordem do dia, em função das mazelas e contradições cada vez mais agudas produzidas pelo capitalismo, como a crescente pobreza e intensa miséria e a degradação do meio ambiente.

Esta elaboração deve ser acompanhada da implantação de medidas de valorização da ação nos movimentos, tanto ações organizativas como políticas. Se é verdade que as iniciativas partidárias não podem substituir o movimento e as debilidades de suas próprias entidades, também é verdade que as debilidades do partido nas áreas de formação política, comunicação e imprensa, estrutura e profissionalização atingem de forma particularmente dura os militantes petistas dos movimentos populares, que muitas vezes não contam com as mínimas condições de atuação e que deveriam ser apoiados pelo partido.

“O PT precisa assumir que o papel de um partido na atual etapa histórica é dar direção política e ideológica, enfatizando o trabalho de elaboração teórica, de análises de conjuntura, de formação política e de divulgação. Suas estruturas, seu funcionamento interno devem estar adequados a essas funções. E, qualquer que seja a nova feição organizativa que tenha o PT, adquirir um novo impulso histórico não é apenas ter uma nova fisionomia ideológica e política. Provavelmente o maior desafio – problema e ao mesmo tempo solução – é trabalhar para a organização dos imensos e majoritários setores sociais pobres e miseráveis, que deram a formidável vitória a Lula. São setores afetados pelas políticas sociais do governo que souberam distinguir as diferenças essenciais entre a vida nos governos anteriores e neste, mas ainda não têm capacidade de se auto-representar, de se fazer ouvir, de constituir uma nova opinião pública, democrática, desde baixo.” (SADER, Emir. “O Partido do Socialismo do Século 21”, em Teoria e Debate, nov./dez, 2006,p.32).

E isso cobra de todos nós um salto de qualidade, superando uma série de problemas advindos do processo de institucionalização da esquerda, depois do ascenso dos anos 80. Em relação ao governo Lula, cabe ao partido, ao principal partido de sustentação do governo, ser o espaço vertebrador dessa articulação entre o governo e o movimento social que seja organizadora dessas energias, que vem sendo produzidas na perspectiva de uma nova correlação de forças a favor dos trabalhadores. Relação inevitavelmente conflituada pelo antagonismo de interesses em jogo e pelas diversas concepções de mudança presentes nos principais atores sociais envolvidos na disputa. O pleno funcionamento da democracia é chave para forjar os avanços necessários, impulsionando a entrada em cena do protagonismo dos que têm interesse direto e precisam das mudanças, a população que é exatamente a base com quem trabalha o movimento comunitário.

Com todas as dificuldades, não há como negar que o governo Lula contrariou basicamente a lógica neoliberal do Estado mínimo. Ampliou massivamente as políticas públicas sociais. Retomou o papel regulador e orientador do Estado na economia, interrompendo o processo de privatizações do patrimônio público, ampliando e qualificando os diversos serviços públicos, particularmente nas áreas da saúde e da educação. Acabou com a criminalização dos movimentos sociais, dialogando com eles e incorporando-os na defini-

ção das políticas de áreas importantes como a da saúde, da moradia, do meio ambiente. Aumentou o salário mínimo e implementou políticas de geração de emprego e de renda. Não é só mais coisas que realiza em comparação com os governos dos Fernando (Collor e Cardoso), mas suas políticas são em sentido diverso do que foram as destes.

Sabemos, porém, que um governo de esquerda que não estiver ancorado num vigoroso movimento de massas e que com este não tiver uma relação de reciprocidade, ainda que de autonomia e de respeito, tem muito poucas chances de governar na perspectiva de rupturas com as estruturas de opressão vigentes, particularmente o capital financeiro e os monopólios. Também sabemos do grau de fragmentação do movimento social, intensamente aprofundada pelo neoliberalismo, o que ainda não mereceu a devida análise por parte da esquerda e que é uma tarefa necessária, inclusive, para forjarmos os caminhos da superação das nossas dificuldades.

Tudo isso coloca imensos desafios, como sintetiza muito bem João Pedro Stedille:

1. O primeiro deles é recuperar o trabalho de base, de conscientização, de organização dos trabalhadores nos seus espaços de vivência, seja no trabalho, na escola, na moradia, para estimular as lutas sociais. Somente com lutas sociais o povo pode recuperar o sentido coletivo da política, ter forças suficientes para melhorar suas condições de vida, conquistar avanços e alterar a correlação de forças.

2. Segundo, precisamos dedicar energias para a formação e capacitação de nossa militância social. Em tempos deasmaceira é necessário dedicar-se ao estudo, à formação, para compreender melhor a complexidade da realidade e encontrar as verdadeiras saídas para os problemas.

3. Terceiro, precisamos colocar energias na construção e no desenvolvimento de meios de comunicação de massa próprios, como rádios e televisões comunitárias, jornais, revistas, programas de comunicação de todo tipo, sob auspício dos movimentos e organizações populares, para enfrentar o verdadeiro oligopólio das comunicações sob controle da classe dominante brasileira.

4. Quarto, precisamos estimular um amplo debate na sociedade sobre a necessidade de um projeto de desenvolvimento para o país, com políticas de capacitação, formação e socialização das lutas por melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho, com priorização para as reformas agrária, urbana, educacional, tributária e política. Não basta falar em crescimento da economia. Para quem deve ser este desenvolvimento? E crescimento em que condições? Não basta resolver as questões conjunturais. O Brasil precisa de um projeto que dê rumo para seu futuro e que, sobretudo, enfrente seus problemas estruturais e construa uma sociedade mais justa e igualitária.

5. Quinto, é necessário que todas as organizações populares se dediquem com prioridade à conscientização e organização da juventude trabalhadora que vive nas grandes cidades. Será essa geração de jovens, desvinculada dos desvios e vícios do passado, e sonhadora com um futuro mais justo, que poderá se mobilizar, construir um projeto diferente e alterar a correlação de forças na sociedade.

6. E, finalmente, com as energias voltadas para enfrentar esses desafios, é preciso torcer para que se produza então um novo ciclo de reascenso do movimento de massas. Os tempos são difíceis. Mas mudarão. “E os ventos somente mudam pela força das massas.”

Tudo isso só vem reforçar a importância da realização do primeiro encontro nacional da setorial comunitária, que encaminha as seguintes resoluções:

1. Transversalidade das ações com as demais setoriais do PT.

2. Impulsionar as redes e as parcerias entre os mais variados movimentos e instituições, seja ao redor de pautas mais estratégicas, bem como ao redor de pautas conjunturais.
3. Aprofundar a participação popular nos Conselhos e nas Conferências: Defesa da democracia participativa em todos os níveis. Esta proposta deve ser pauta do debate que o PT propõe no processo eleitoral de 2008.
4. Mobilidade urbana: em defesa de um transporte público acessível e de qualidade, contra a prioridade para o transporte individual e particular.
5. As reformas urbana, agrária, política, econômica e educacional.
6. Por uma constituinte exclusiva.
7. Engajamento nas lutas gerais em articulação com CMS: Engajamento no processo de fortalecimento da CMS em todos os estados.
8. Eleições 2008 e 2010: engajamento na construção das mais amplas alianças com a população, desde a construção do programa, na campanha e na efetivação das propostas.
9. Defesa da autonomia e da autodeterminação dos povos e engajamento na luta pelo aprofundamento da sua integração, particularmente dos países da América Latina e do Caribe, na luta contra o imperialismo, em processos que transcendam a simples integração econômica. (Neste sentido, abrir o debate sobre a ALBA, propondo e organizando uma oficina de formação sobre o tema no FS 2009, em Belém do Pará).
10. Investir na participação popular comunitária no FSM 2009, através do PT e das entidades do movimento.
11. Investir muito no trabalho com a juventude nos locais de moradia.
12. CONAM: Elaborar um plano de trabalho para vertebrar a ação dos petistas no movimento comunitário e especialmente no fortalecimento da CONAM.
13. Seminário Nacional da Setorial Comunitária (em parceria com a Fundação Perseu Abramo), para depois das eleições de 2008, com o objetivo de aprofundamento do PROJETO ESTRATÉGICO DO PT, debatendo o papel do PT, dos movimentos sociais e populares e dos nossos governos/parlamentares; as lutas prioritárias que os petistas devem impulsionar nos movimentos e plano de consolidação da setorial comunitária em todo país.
14. Finanças da Setorial Comunitária: Ressaltamos a importância da criação da setorial, que passa a ser parte orgânica do PT. A setorial deve estar engajada na elaboração e na execução da política de finanças do PT e os recursos da setorial devem entrar na dotação orçamentária do PT, a partir do planejamento da mesma.
15. Regionalização da setorial: Os companheiros de Brasília: região Centro Oeste; do RS: região Sul; do RJ: região Sudeste. As regiões Norte e Nordeste ficam com a responsabilidade da coordenação da setorial.
16. Defesa das Rádios Comunitárias e impulsionamento de seu fortalecimento e ampliação.
17. Capacitação para a formulação de projetos, em parceria com a Fundação Perseu Abramo.
18. Organização da Setorial Comunitária:
 1. Formação e Capacitação; 2. Comunicação; 3. Juventude; 4. Organização;

- César Santos dos Santos (Secretaria) – Rio Grande do Sul
- Allan Alcântara (Comunicação) – Santa Catarina
- Débora Santos Gonçalves de Bento (Juventude) – Rio de Janeiro
- Waldir José Bohn Gass (Formação) – Rio Grande do Sul
- Adjânio Francisco dos Santos – Distrito Federal
- José Escambado – Rio de Janeiro
- Clébia Maria Rosa (Organização) – Distrito Federal

Coletivo Eleito

Coordenador: Valério Lopes – Rio Grande do Sul

Membros Titulares:

- Auta Fernandes – Espírito Santo
- Juscelino França Lopo – Distrito Federal
- Marcelo Henrique Travaglia Guimarães – Rio de Janeiro



2. Setorial de Economia Solidária

Tese Aprovada

Economia Solidária: avanços, limites e desafios

“Nós precisamos pensar um novo mundo, uma nova sociedade, novos valores. Pensar o desenvolvimento a partir das pessoas, pensar o desenvolvimento a partir de novas oportunidades. E a economia solidária faz parte desse processo”

Luiz Inácio Lula da Silva

A Plenária Nacional do Setorial de Economia Solidária iniciou seu processo acumulando os debates realizados nos estados, apontando para uma atividade para dar conta desta diversidade de opiniões e realidades distintas. Foi uma atividade de crescimento, considerando não apenas o debate realizado, pois foram abordados os temas centrais que circulam em torno da Ecosol, garantimos um debate democrático e fomos capazes de construir uma coordenação nacional com aqueles que solidariamente souberam combinar a conjuntura política dos números com princípios e valores da vida política e da convivência humana nesse novo tempo de organização partidária.

Baseado no resultado atingido, expresso no número de pessoas que aderiram ao setorial, mesmo com o conhecimento de outras pessoas que também atuam na economia solidária e que ainda não o fizeram (somos o sétimo setorial em adesões, totalizando até o momento 1606 filiados e filiadas), constituímos setoriais em 17 estados, mobilizando um número expressivo de delegados e delegadas dando assim a sensação de dever político cumprido. Os números poderiam ser irrelevantes, caso não fosse à existência deste setorial de apenas um ano.

Nossa sociedade está hegemônica pelo capital. Cabe aos segmentos que possuem uma visão transformadora do mundo, como o nosso setorial, desenvolver uma agenda que faça uma simbiose com o acúmulo de outros setoriais e do próprio PT.

Nesse sentido, foi feita a reflexão acerca do tema que tanto nos desafia, pois quando se fala de economia solidária não estamos apenas falando de geração de trabalho e renda através de empreendimentos autogestionários voltados para a ecosol. Pois, de acordo com a primeira Conferência Nacional de Economia Solidária¹, concluiu-se que este tema precisa estar diretamente vinculado a estratégias de desenvolvimento, este, voltado a combater as desigualdades regionais, que respeite as diversidades culturais, principalmente as relacionadas aos aspectos religiosos, étnicos e de gênero, que garanta a soberania nacional e fortaleça o estado para que este cumpra seu papel de acordo com a Constituição Federal.

Dessa forma, quando falarmos de uma nova economia, precisamos ter clareza de que, tanto a produção, como as mercadorias e as relações comerciais, necessariamente, deverão ser controladas pela classe trabalhadora em todos os setores econômicos, a partir de uma perspectiva autogestionária e solidária. Além disso, o consumo deve ser compreendido dentro de uma visão de sustentabilidade humana, ambiental e econômica, respeitando a cultura, a realidade e a potencialidade local e regional. Precisamos buscar respostas e propostas para as mudanças estruturais necessárias, que nos apontem a melhor forma que devem ser construídas as políticas públicas para elaboração de programas e projetos que afirmem esse desenvolvimento em áreas como: educação em todos os níveis, saúde, geração de trabalho e renda, segurança, habitação, política industrial, relações de comércio interno e externo, agricultura, ciência, pesquisa/tecnologia, comunicação, meio ambiente, assistência social e o financiamento.

A solidariedade, a democracia, a cooperação e a autogestão devem ser princípios indispensáveis na transformação da sociedade para consolidar o modelo de desenvolvimento que desejamos. Para isso, é preciso garantir a permanente discussão e práticas desses princípios na sociedade como um todo e principalmente na elaboração e execução de políticas públicas construídas com a participação popular.

As políticas públicas devem ser incluídas, indutoras, adequadas e acessíveis à nossa realidade, ao nosso povo e ao modelo de desenvolvimento que é construído através da economia solidária. A criação dessas políticas públicas, necessariamente, deverá ser construída com a participação popular para que correspondam com as necessidades da população.

Nesse sentido nossos governos, em todos os níveis, têm adotado práticas que, sem dúvida, tem ampliado a participação social nos espaços de decisões, como por exemplo: o orçamento participativo, as conferências e os conselhos² entre outros. Apesar disso, muitas vezes, essas práticas se restringem ao caráter consultivo e não deliberativo.

O resultado, às vezes, são políticas públicas acertadas, outras insuficientes, algumas inacessíveis e também aquelas totalmente ineficazes. Precisamos então, criar métodos que qualifiquem e ampliem a participação da sociedade civil nesses espaços decisórios e lutar de forma articulada para implementação das propostas de políticas públicas, que resultem da participação da sociedade civil organizada. Outra medida a ser adotada seria a mudança do caráter consultivo para deliberativo nesses espaços, tal medida ajudaria que a proposta definida se torne política de Estado.

Nossos representantes no parlamento em todos os níveis atuam em cumprimento aos deveres constitucionais e procuram seguir as orientações e decisões do Partido dos Trabalhadores,

¹ Realizada em Brasília no mês de junho de 2006.

² A Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Conselho Nacional de Economia Solidária e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

fiscalizando o Executivo, legislando e apoiando a luta dos trabalhadores com seus projetos. Em relação à economia solidária, os deputados e senadores devem ser aproximados do nosso debate, pois o parlamento, sem dúvida, tem um papel importante a cumprir neste tema do desenvolvimento e da economia solidária, principalmente por estar em debate, neste momento, a nova lei de cooperativismo, bem como, a luta pelo estatuto da economia solidária, as reformas tributária, política, como também inúmeros projetos de lei. A Frente Parlamentar de Economia Solidária da Câmara Federal significou um avanço, aproximá-la do setorial é estratégico. Para isso, é preciso sensibilizar os parlamentares sobre a relevância do tema, buscando assim além desse comprometimento, a ampliação destas frentes para os estados e municípios.

Os diversos atores da sociedade civil organizada, como os sindicatos, as centrais sindicais, as centrais de empreendimentos da economia solidária, as Igrejas, as organizações não-governamentais, os partidos do campo democrático e popular, os movimentos sociais entre outros, cada um com as suas particularidades, com as suas bandeiras de luta, no campo e/ou na cidade tem conquistado diversos direitos e espaços para a classe trabalhadora nessa luta pela transformação da realidade vivida pela maioria da população, mesmo assim, não é suficiente, pois, não é difícil encontrar contradições dentro de uma reivindicação ou bandeira de luta dos movimentos.

O ideal seria que as reivindicações caminhassem na mesma direção, buscando a construção de um projeto de desenvolvimento articulado. Pois, quando se luta por mais empregos, ou abertura de frentes de trabalho com a expectativa de conseguir emprego através do crescimento econômico do país, se defende a afirmação desta relação de subordinação existente do trabalho assalariado pelo capital.

Nesse sentido, as reivindicações por mais investimentos pelo Governo Lula vem atendendo a essas demandas, implementando diversas ações como: a auto-suficiência em petróleo e os biocombustíveis, a ampliação do atendimento a saúde bucal; a geração de emprego; o programa Luz para Todos; a redução da fome e da mortalidade infantil através do Bolsa Família, a construção de cisternas no semi-árido, à queda no desmatamento da Amazônia; os investimentos em Ciências e Tecnologia, as políticas educacionais com o PNDE e ampliação do acesso ao ensino superior via Pro uni. Além destes programas, o lançamento do PAC, que visa acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos totais de 503 bilhões de reais até 2010, sendo uma de suas prioridades a infra-estrutura, como portos e rodovias.

Estes investimentos proporcionam o crescimento e o desenvolvimento, modificando positivamente a realidade do País, contudo esse setorial precisa refletir acerca não somente do benefício que estes investimentos proporcionam, mas fundamentalmente para que a realização dessas obras possam futuramente ser efetuadas por empreendimentos voltados para o desenvolvimento social e solidário e que não contribua para a concentração de renda e poder de empresas transnacionais, como hoje ocorre em muitos casos.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) foi constituído em 2003 tendo como propósito articular os debates, a elaboração de estratégias e mobilização dos movimentos de ecosol no Brasil. O FBES reúne empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos. Uma vez que, grande parte das pessoas que compõem este fórum atua, também, neste setorial do PT, reforça-se a necessidade de uma reflexão entre os militantes petistas do setorial que atuam no FBES, com o propósito de avaliar a intervenção neste fórum em virtude de seus avanços, limites e desafios e recentemente sobre as resoluções aprovadas na 4.^a Plenária Nacional realizada em março de 2008. Nesse sentido,

considera-se que o FBES é um espaço privilegiado de articulação e diálogo entre os diversos atores e movimentos sociais que ultrapassa as instâncias do PT, surge então à necessidade do setorial aprofundar o debate a respeito das bandeiras, estratégias de ação, natureza, estrutura e funcionamento do FBES, contribuindo assim para o aprimoramento das intervenções nesses espaços.

Atualmente, a globalização serve como forma de dominação e afirmação do projeto neoliberal, em contraponto a essa estrutura, vive-se hoje uma onda antineoliberal na América Latina que teve início a partir da vitória de inúmeros governos progressistas, que buscam promover articulações e integrações regionais que se concretizem em políticas soberanas. Para isso, é necessário o fortalecimento do Mercosul, da Comunidade Sul-Americana de Nações e de outros mecanismos de integração. Nesse sentido, o Brasil precisa reafirmar sua política externa já desenvolvida pelo Governo Lula, incrementando as relações Sul-Sul, com o G-20 e outras iniciativas na luta pela paz, por um mundo multipolar com instituições internacionais democratizadas.

Nesse sentido, a conjuntura política, econômica e social no âmbito internacional também deve ser colocada para análise com enorme relevância em nosso setorial conjuntamente com a Secretaria de Relações Internacionais do PT e com os movimentos sociais que atuam internacionalmente, buscando a ampliação de relações políticas, econômicas e comerciais na perspectiva de construção de um modelo de desenvolvimento que impere a cooperação e a solidariedade, atuando também em momentos como o idealizado pelo Fórum Social Mundial.

Neste contexto, está inserida a dimensão da tarefa política do Setorial de Economia Solidária do PT em âmbito estadual, nacional e internacional. Este debate deve fazer parte permanente da agenda do PT na sua íntegra, nos governos, parlamentos e sociedade. Como também, na construção de reflexões e sugestões envolvendo os diferentes setoriais e secretarias, fortalecendo assim a implementação dos temas que envolvem a economia solidária.

É também tarefa organizar setoriais de economia solidária nos estados que ainda não foram constituídas e ampliar o número de adesões ao setorial, além de novas filiações. E incluir na agenda, de curto prazo, a participação ativa desse setorial no debate, na elaboração dos programas de governos municipais e nas propostas para os mandatos de vereadores, bem como nas campanhas majoritárias e proporcionais em 2008. No entanto, os temas estruturais, portanto, mais complexos, devem constar permanentemente na agenda, pois necessitam ser contemplados dentro de um planejamento estratégico a ser realizado pelo nosso setorial.

Esse documento não tem a pretensão de afirmar que é tarefa única e exclusiva do Setorial da Economia Solidária do PT buscar soluções para todas as questões aqui levantadas, e sim, contribuir para a construção coletiva de sugestões e propostas de curto, médio e longo prazos para o real empoderamento da classe trabalhadora, junto com os demais setoriais e secretarias do PT, considerando todo o acúmulo até esse momento.

Coletivo Eleito

Coordenador: Niro Barrios – Rio Grande do Sul

Coordenador Adjunto: Edicarlos Rulim - Ceará

Membros Titulares:

- Haroldo Mendonça – Pará

- Dione Manetti – Rio Grande do Sul
- Maria Isolda Dantas – Rio Grande do Norte
- Edicarlos Rulim – Ceará
- Rosângela Sousa – Piauí
- Afonso Magalhães – Distrito Federal
- Marcelo Gomes – São Paulo
- Leonardo Pinho – São Paulo
- Neide Santos – Rio de Janeiro
- Vaniza Escoto – Rio Grande do Sul

Membros Suplentes:

- Ângela Schwengber – São Paulo
- Eugênio Autran – Pernambuco
- Analine Specht – Rio Grande do Sul



3. Setorial da Educação

Tese Aprovada

“A educação é um direito de todos, que deve ser assegurado ao longo da vida”. Garantir esse direito é hoje o mais importante desafio estratégico do país. A educação é uma das condições para o desenvolvimento sustentável, a distribuição de riquezas e a soberania da nação e se constitui a um só tempo, em meio e objetivo do desenvolvimento e diminuição das desigualdades. O governo do presidente Lula compreende que os processos educacionais devem estar comprometidos com o desenvolvimento pleno das potencialidades de cada ser humano, devem facilitar a compreensão da relação homem com a natureza, com a sociedade e com a cultura no tempo e no espaço, tendo-se, para isso, a ética como referência para conhecer e para ser. O sujeito educado pode buscar individual e coletivamente a superação das condições de desigualdade material e cultural, de resolução dos conflitos por meios democráticos.

Esta concepção implica que a escola deve ser um espaço de investigação e pólo de construção e organização da cultura, que interaja e valorize as várias experiências sociais e culturais de seus alunos e comunidades.

Tal esforço deve estar associado ao aperfeiçoamento dos canais e dinâmicas de participação social consagrados pela Constituição, pela lei de Diretrizes e Bases da Educação e legislação específica aos Estados e Municípios. As experiências realizadas no país, que alargaram significativamente as esferas públicas de participação social, têm demonstrado que o envolvimento dos vários segmentos da sociedade na discussão das políticas educacionais é determinante para o aperfeiçoamento da democracia no país, para a superação das desigualdades sociais e regionais e para a cooperação e integração do Brasil com vários países do mundo. “(Programa de Governo do Presidente Lula)”.

Essas concepções, presentes no nosso programa de governo, demonstram que a prioridade conferida à educação de qualidade social diz respeito a uma determinada visão do desenvolvimento nacional. O acesso às condições de produção do conhecimento é

um direito sem o qual não poderá haver diminuição das desigualdades, superação da exclusão e produção de conhecimento. A produção e a apropriação de conhecimento é condição insubstituível do desenvolvimento econômico e social. O compromisso em garanti-la implica que o debate sobre as políticas educacionais levado a efeito no país é uma das condições para que a democratização desse direito.

Nosso segundo governo, por decisão do presidente Lula, traz para o âmbito do governo federal, respeitados os princípios federativos, uma firme atuação visando à busca e a garantia da qualidade da educação pública enquanto direito de toda a população.

Além do compromisso com a conquista, histórica, do FUNBEB e com sua regulamentação; com a valorização e integração entre todos os níveis e modalidades de ensino para os quais foram estabelecidas políticas nacionais voltadas a garantia da qualidade, do acesso e a democratização da gestão da educação o governo lança um plano de educação que tem como eixo a qualidade da educação em estreita colaboração com estados e municípios.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), um conjunto de 39³ ações anunciadas pelo Ministério da Educação, traduz o compromisso de tornar a educação uma prioridade do governo e da sociedade brasileira, com vistas a atingir novos padrões de qualidade a partir de novos padrões de gestão e financiamento.

O dois movimentos, seja o de buscar a adesão da sociedade para tornar a educação uma prioridade do país, seja o de envidar esforços para a conquista da qualidade, ao mesmo tempo em que se amplia o acesso à educação básica e ao ensino superior públicos, representam uma ruptura importante com as políticas governamentais de vocação neoliberal.

Tais políticas apresentaram ao menos duas faces à sociedade.

A primeira, a de subordinação das metas e orientações educacionais à redução do papel do estado em todas as áreas o que implicou uma forte restrição de recursos e a focalização de políticas – como no caso do ensino fundamental de nove anos – apresentada à sociedade como empenho em estabelecer prioridades.

A segunda, a de uma forte redução dos horizontes culturais de milhares de crianças e jovens na medida em que a educação foi instrumento, quando muito, de reprodução de conhecimentos e não de construção e domínio de suas condições de produção. Também nesse caso as políticas focalizadas resultaram em investimentos em projetos pontuais, fragmentados e fragmentários que subtraíram da maioria da população o direito inalienável e inadiável a uma educação de qualidade e democrática.

Por essa razão o PT apóia a mais ampla mobilização do país no sentido de tornar a educação uma prioridade, e empenhará o melhor dos seus esforços para que a democratização do acesso e da gestão da educação se tornem inseparáveis da busca por sua qualidade social.

Tal mobilização deverá voltar-se à defesa e aperfeiçoamento do PDE como política de Estado de forma a superar-se no país uma educação pobre e empobrecedora para os setores populares, bem como sua subordinação à lógica do mercado. Deverá assim, fazer do PDE um caminho para garantir a inserção da educação no campo dos direitos de forma a garantir qualidade social possibilitando acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento humano.

³ As ações previstas no PDE são as seguintes: Fundeb, Incentivo à Ciência, Transporte Escolar, Plano de Metas, Brasil Alfabetizado, Luz para Todos, Piso do Magistério, Formação, Educação Superior - Reuni, FIES e PROUNI, Biblioteca na Escola, Educação Profissional, Estágio, Proinfância, Salas Multifuncionais, Pós-Doutorado, Censo pela Internet, Saúde nas Escolas, Olhar Brasil, Mais Educação, Educação Especial, Professor Equivalente, Guia de Tecnologias, Coleção Educadores, Dinheiro na Escola, Concurso, Acessibilidade, Cidades-Pólo, Inclusão Digital, Gosto de Ler, Conteúdos Educacionais, Planos Escolares, Formação da saúde, Literatura para Todos, Proext: extensão, ensino e pesquisa, Licenciatura de Qualidade: Prodôcência, Nova Capes, Provinha Brasil,

A Conferência Nacional de Educação Básica, precedida por Conferências Municipais e Estaduais, constituiu-se um espaço privilegiado para se avaliar e articular as definições da LDB, do Plano Nacional de Educação e do PDE, propor-se alterações e mudanças nestes instrumentos de política pública.

Desde já o PT se dispõe a contribuir com a discussão de uma pauta que, apoiada no programa de governo que elegeu o presidente, contribua com o aperfeiçoamento do plano.

Sobre avaliação e o IDEB

Conforme indicado no programa de governo, a avaliação deve se constituir em instrumento de aperfeiçoamento do projeto político-pedagógico das escolas e das políticas educacionais sob responsabilidade de estados e municípios, razão pela qual tem forte poder indutor. Para tanto deve se referir a processos – e não apenas a resultados – deve ter caráter cumulativo e contínuo, tal qual definido pela LDB, envolvendo alunos, familiares, educadores, gestores e procedimentos de gestão de maneira a permitir o estabelecimento da cultura do planejamento e replanejamento da política educacional. Por essa razão ainda que o IDEB se constitua em um indicador importante - na medida em que combina dados de fluxo escolar com os instrumentos de avaliação de desempenho em português e matemática –, ainda que a Provinha Brasil possa oferecer informações significativas sobre a aquisição da escrita no processo da alfabetização, esses indicadores são insuficientes para induzir a cultura da avaliação vinculada ao planejamento e à gestão da política educacional e, ainda mais, para induzir as políticas nacionais nas áreas de formação e de currículo.

Em função dessas considerações sugere-se que o MEC incentive a avaliação externa e interna dos sistemas municipais e estaduais de educação, e estenda a avaliação a outros campos do conhecimento imprescindíveis ao desenvolvimento cultural das gerações que passam pela escola. Sugere-se ainda, a realização de uma avaliação combinada que incorpore ao IDEB outros indicadores – avaliados pelo SAEB – como condições culturais, sociais e as estruturas físicas, humanas e administrativas das escolas visando à concretização da avaliação processual indicada. A dinâmica do SINAES pode se constituir em uma referência para esse fim.

Formação de gestores municipais e estaduais

Uma das metas apontadas pelo programa de governo para que se consiga alterar os padrões de qualidade da educação refere-se ao aperfeiçoamento da gestão da educação no país. Trata-se de fortalecer e apoiar os municípios para que definam políticas educacionais à luz dos programas de governo, dos planos nacional, estadual, municipal de educação e das metas projetadas a partir do IDEB. No mesmo sentido é fundamental que sejam definidos mecanismos de planejamento e gestão dessas políticas que permitam a articulação e integração de ações e equipes, a racionalização no uso dos recursos de toda ordem e o fundamental diálogo e orientação permanentes às unidades educacionais.

O aperfeiçoamento da gestão é indissociável de sua democratização visando à superação do gerencialismo presente em vários sistemas de ensino. Por essa razão é necessário fortalecer a articulação de iniciativas do governo voltadas para esse fim. Também nesse sentido, vale destacar, a importância do empenho de todos os segmentos para o encaminhamento e aprovação dos projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado visando aperfeiçoar a democracia nas unidades educacionais (inclusive nas instituições federais de ensino) em todo país. Por meio da escolha de dirigentes pela comunidade, pela valorização dos projetos políticos pedagógicos (PPPs) das escolas – como instrumentos de planejamento coletivo –, pela constituição de conselhos escolares deliberativos e representativos dos segmentos da comunidades escolar será possível ampliar a democracia nas um unidades educacionais.

A profissionalização dos trabalhadores em educação e a instituição de novos padrões de gestão pedagógica

A criação do Piso Salarial Profissional Nacional contribui para que o país assegure a valorização profissional dos trabalhadores em educação de maneira a reverter o aumento do déficit e evasão de profissionais na área. Com a instituição do piso, será possível atingir, progressivamente, melhores condições salariais para o conjunto dos trabalhadores em educação do país, em especial para o magistério. Trata-se de assegurar mais tempo dedicado aos alunos numa mesma escola, por meio da investigação, da formação e do desenvolvimento de um projeto político pedagógico.

Além do salário para que o professor possa dedicar-se mais à formação e ao trabalho individual e coletivo, bem como à construção e acompanhamento do projeto político-pedagógico, é preciso que sua jornada de trabalho preveja esse tempo.

A instituição de uma jornada integral que suponha o trabalho coletivo e a formação individual tem duas implicações fundamentais: a resignificação da docência, na medida em que o trabalho do professor deixa de ser reduzido estritamente à sala de aula, e a de que a qualidade da educação não resulta apenas da formação e dos méritos individuais. Uma jornada que destine tempo para o exercício da investigação, reflexão sobre prática e sobre os campos do conhecimento e da criação humana. Uma jornada que permita a elaboração e a construção de novos saberes pedagógicos pelas equipes das escolas, com os aportes da formação continuada, representa um grande impulso para que as necessidades e dificuldades dos alunos sejam tratadas com maior profundidade e melhor nível de elaboração no desenvolvimento do currículo.

Por essa razão, tem grande importância a aprovação do PL 1.592/2003, que visa fixar diretrizes nacionais para a carreira dos profissionais da educação. Além das diretrizes de carreira, será necessário que os Municípios, Estados e União assegurem o financiamento em investimentos na valorização profissional. Na mesma direção merece apoio o PL 6.206/2005, que contribui para a profissionalização dos funcionários da educação. A qualificação profissional dos educadores também deverá merecer grande atenção no que se refere à combinação entre formação à distância e presencial.

No que diz respeito especialmente à formação continuada dos trabalhadores em educação, vale ressaltar a necessidade de que tenha caráter multidisciplinar, particularmente no que se refere aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Tal caráter multidisciplinar, marcado pelo diálogo entre as áreas do conhecimento, pode permitir a construção de uma visão crítica sobre eles; pode permitir também a ampliação do universo cultural dos educadores necessária ao desenvolvimento mais complexo e eficaz com os alunos de noções em vários campos do saber com os quais, necessariamente, se relaciona a alfabetização.

Deverão ser construídos itinerários formativos que permitam aos trabalhadores vislumbrarem o conjunto do seu processo formativo, com a combinação adequada entre formação presencial e à distância, bem como deverão ser construídos processos de reconhecimento dos saberes construídos no trabalho. Vale salientar que os programas de formação e capacitação profissional devem ser intrinsecamente articulados com a carreira.

Alfabetização de Jovens e Adultos

No âmbito das determinações do Decreto que prevê o estabelecimento do Plano Plurianual de Alfabetização como condição do apoio técnico e financeiro da União a estados, municípios e Distrito Federal, é relevante que se destaque a integração entre EJA, certificação de conhecimentos e saberes, qualificação social e profissional e geração de emprego e renda.

A EJA não pode ser exclusivamente voltada para a alfabetização, mas deve ser direcionada também para o ensino fundamental e ensino médio, com ênfase nos currículos integrados (educação básica e qualificação social e profissional). É fundamental que, além do domínio da leitura, da escrita e da aritmética, faça abordagens relativas ao contexto social e territorial, da história das comunidades onde se inserem os educandos, fortalecendo suas identidades sociais e fornecendo-lhes o instrumental para uma leitura do mundo na perspectiva emancipatória. Nesse mesmo sentido o Programa Pró-Jovem deverá, necessariamente, estar articulado com as ações de educação de jovens e adultos dos municípios e estados.

Para aperfeiçoar a formação dos alunos e alunas é importante que os estados e municípios favoreçam amplamente o acesso e o contato com a produção cultural.

Educação Profissional

A necessária expansão da educação profissional de nível técnico e tecnológico deve ser acompanhada por medidas que superem a concepção produtivista e mercadológica, voltada exclusivamente para a empregabilidade, hegemônica no país. Currículos integrados (a exemplo do PROEJA, Saberes da Terra, PROJovem e Trabalho Doméstico Cidadão), formação de educadores de educação profissional, reformulação das diretrizes da educação profissional baseada no Decreto 5.154, participação dos atores sociais na gestão de programas e ações são questões centrais a serem priorizadas.

Quanto à formação inicial e continuada de trabalhadores (FICT), é fundamental a sua regulação, abrangendo não apenas as ações de governo, como as ações do Sistema S, e a formação realizada nas empresas. Esta regulação, assim como a articulação do MEC, com o Ministério do Trabalho e Emprego na construção do repertório nacional de qualificações e no catálogo nacional de cursos e entidades de FICT inibirá fortemente o desperdício de recursos causados pela fragmentação, superposição de ações, bem como o retorno de políticas compensatórias de qualificação. Do mesmo modo, é fundamental a regulação da certificação profissional, hoje sob o domínio privado e sob o controle de mecanismos de qualidade total ("certificação de pessoas").

Discussão do Reuni e fortalecimento da Universidade Aberta do Brasil

O programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) lança desafios importantes quanto à ampliação de vaga nas Ifes. Eles dizem respeito à ampliação das condições de acesso de centenas de jovens à universidade, e ao aprimoramento das condições de realização, permanência e conclusão dos cursos. Esses objetivos se traduzem em medidas cujos fundamentos merecem ampla discussão em todos os segmentos das universidades e da sociedade. Destacamos particularmente: a elevação da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito ao final de cinco anos; a ausência a esse respeito de referência à pós-graduação; a superação da evasão e o comprometimento com a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento por políticas geradas, exclusivamente, no interior das universidades federais e ainda, a ampliação da mobilidade estudantil com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que garantam mobilidade dos estudantes.

Com relação ao acesso é importante que esforços sejam realizados pela sociedade para aprovação do PL 73/99 com a institucionalização das cotas.

A qualidade da educação superior pública deve continuar a ser referência para o sistema, e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser cumprida rigorosamente pelas universidades públicas e privadas. Estes itens necessitam de marcos

regulatórios, com contornos mais definidos, que balizem a criação e o funcionamento das instituições. Marcos que devem estar articulados com os procedimentos nacionais de avaliação nacional já consubstanciados no SINAES.

Vale ressaltar a necessidade de que o REUNI estabeleça mecanismos de valorização e capacitação dos trabalhadores e que tal processo esteja articulado à carreira nacional. Cabe destacar, ainda, a importância da qualificação e realização dos cursos de formação inicial e continuada à distância no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. A atenção para o equilíbrio entre os momentos de atividades presenciais e as orientações à distância são imprescindíveis para assegurar a qualidade desses cursos e o acesso dos estudantes.

Regime de Cooperação

São condições indispensáveis para que se concretizem mudanças estruturais no desenvolvimento da educação nacional, a regulação do regime de cooperação e formas de articulação entre os entes federados, bem como a organização de um Sistema Nacional Articulado de Educação, regulamentando o artigo 23 da Constituição Federal.

Realização da I Conferência Nacional de Educação

A Conferência Nacional de Educação, cujo processo foi iniciado em 2007, é um marco inédito em termos da democratização da gestão educacional no país.

Seguramente, a realização da Conferência terá um efeito demonstrativo importante para municípios e estados, tanto no que diz respeito à mobilização social, quanto aos processos de elaboração e /ou acompanhamento e compatibilização dos planos de educação e das metas do PDE.

É fundamental que esse processo de compatibilização entre os Planos e o PDE resulte também na articulação entre os vários canais de participação existentes em cada localidade, de modo a se evitar superposição de ações e iniciativas e o esvaziamento de algum desses espaços.

Como já indicado, essa será uma oportunidade para a participação da sociedade, em particular dos movimentos sociais, na discussão dos rumos da educação no país. O processo de preparação ocorrerá fundamentalmente, por meio de Conferências Estaduais de Educação. No caso dos municípios de maior influência para o desenvolvimento do Estado ou Distrito Federal, bem como das capitais das unidades federadas, deverão ser realizadas Conferências Municipais de Educação. Isto representará uma oportunidade rara para a troca de experiências, e de elucidação das várias concepções de educação e políticas educacionais no Brasil, na medida em que realize um balanço da implementação do Plano Nacional de Educação e a prospecção de novas metas para a educação brasileira.

Moções Aprovadas

Moção Aprovada sobre o projeto de LEI 1088

O Encontro Nacional de Educação do Partido dos Trabalhadores vem manifestar sua posição em relação ao projeto de LEI n.º 1088 de 2007 de autoria do deputado Gastão Vieira – PMDB/MA, cujo relator é o deputado Paulo Renato de Souza – PSDB/SP. O projeto condiciona o exercício do magistério na educação básica, além do cumprimento dos requisitos de formação, à aprovação em exame nacional de certificação a ser aplicado pela União. Define que o exame aferirá conhecimentos, habilidades e competências e, ainda, que o desempenho na avaliação de conhecimentos será considerado para efeito da progressão funcional dos professores.

O projeto guarda absoluta coerência com a orientação política que compreende a qualidade como função das competências e capacidades individuais dos educadores. Tal orientação, por atribuir à ação individual papel fundamental na garantia do que considera como sendo qualidade, prevê um conjunto de medidas que fazem recair sobre os professores a responsabilidade sobre o chamado sucesso da aprendizagem.

Os mecanismos que associam resultados das avaliações dos alunos com gratificação ou premiação dos professores e que atribuem à formação de professores papel preponderante e, em muitos casos instrumental, em relação as demais ações que concorrem para a qualidade estão a serviço de uma lógica pobre e empobrecedora. Essa lógica considera que para que haja aprendizagem é preciso que os professores reproduzam conhecimentos pesquisados e construídos em outros espaços. Supõe ainda que tal reprodução seja suficiente já que, no caso da educação básica pública, os alunos devem receber um mínimo de informações, a partir de um currículo igualmente mínimo. Os defensores dessa linha, que governaram o Brasil e que hoje governam alguns estados, defenderam e defendem que o ensino fundamental público deve garantir apenas aos alunos que saibam ler, escrever e contar.

O Partido dos Trabalhadores parte de concepções muito distintas:

- A primeira delas é que sendo a educação direito inalienável de crianças, jovens e adultos o empenho e compromisso do Estado deve ser o de assegurar que durante a educação básica o aluno tenha acesso a processos que permitam a ele aprender a aprender em vários campos do conhecimento;
- Como consequência dessa visão, o PT entende que a qualidade social da educação supõe um corpo teórico, político e de ações mais complexos e de maior profundidade que não se reduzem e não podem se reduzir ao trabalho dos professores. Por essa razão, o estabelecimento de políticas e seu respectivo planejamento e avaliação, bem como suas condições de gestão e financiamento são tão fundamentais para a qualidade quanto o trabalho dos educadores;
- Além dessas condições, para que os educadores possam acompanhar seus alunos, no processo de investigar, organizar e produzir conhecimentos (o que é muito diferente de reproduzir) e fazer com que os conteúdos e conceitos previstos nos currículos possam ter relação com as necessidades dos alunos, os profissionais necessitam de tempo na jornada de trabalho e espaços de diálogo e produção bem como salários que lhes permitam ficar mais tempo nas escolas. A qualidade de seu trabalho depende em grande medida dessas condições;
- A formação profissional dos educadores e professores é realizada em instituições de nível superior, na maior parte dos casos privadas, portanto na maior parte dos casos pagas pelos estudantes, e devidamente credenciadas e autorizadas pelos órgãos da educação. Desta feita, a qualificação profissional é de responsabilidade intransferível das instituições que formaram esses alunos. Por outro lado, vale lembrar que os professores ingressam na carreira por concurso público de provas e títulos, conforme previsto na Constituição Federal, o que supõe avaliação de conhecimentos;
- Por todas essas considerações, o PT se coloca frontalmente contrário ao estabelecimento da certificação de professores e, portanto, ao projeto de LEI n.º 1.088 de 2007, por entender que essa política reforçará a premissa simplificadora e simplista que atribui aos professores a maior responsabilidade pela qualidade da educação e ainda porque tal política, ao responsabilizar os professores, subtrai das instituições públicas e privadas a responsabilidade pela formação dos professores.

Em função de todas essas considerações, que apontam para a gravidade do que está em questão, o PT se dirige a todas as entidades nacionais representativas do magistério, às universidades e instituições de pesquisa e a toda sociedade solicitando que se manifestem sobre o referido projeto de Lei.

O PT se dirige também ao Exmo. sr. Ministro da Educação, professor, doutor Fernando Haddad no sentido de que diligencie esforços – junto à base de sustentação do governo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal – para a que o referido projeto não prospere em nenhuma das duas Casas que fazem o Congresso Nacional.

Coletivo Eleito

Coordenadora: Selma Rocha (SP), da Fundação Perseu Abramo.

Membros Efetivos:

- Almerinda Cunha – representante provisória da região Norte.
- Antônio Carlos Ronca – membro do Conselho Nacional de Educação.
- Carlos Abicalil – Deputado Federal e coordenador do núcleo de educação da bancada federal da Câmara dos Deputados.
- Carlos Baldijão – Assessor de Educação da Bancada do PT na Câmara.
- Denise Lobato – representante da região Sudeste.
- Gustavo Balduino – assessor da ANDIFES.
- Heleno Araújo – direção da CNTE.
- Léia – direção da Fasubra.
- Selma Rocha – Coordenadora da CAED/setorial nacional.
- Sofia Cavedon - vereadora em Porto Alegre e representante da região Sul.

Membros Suplentes:

- Vera Lúcia Pereira de Araújo – Secretária Adjunta da Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso – representante da região Centro-Oeste.
- Zuleide Araújo – Assessora da bancada do PT no Senado.
- Representante da Região Nordeste a ser indicado (a) depois de reunião da região.
- Representante dos Secretários Municipais de Educação do PT, a ser indicado.
- Representante dos Secretários Estaduais do PT, a ser indicado.



4. Setorial de Esporte e Lazer

Tese aprovada

Valorização do setorial

O 3.º Congresso Nacional do PT define os Setoriais do Partido como espaço de organização da militância petista nos movimentos sociais com três finalidades básicas:

- a) Motivar a organização partidária de filiados/as petistas dos movimentos sociais de cada setor;
- b) Elaborar políticas públicas no âmbito partidário para subsidiar programaticamente a ação institucional do Partido;
- c) Funcionar como representação institucional do PT em cada setor nas suas relações com os movimentos sociais, as bancadas parlamentares e os governos integrados pelos quadros do Partido.

Milhares de petistas participam dos mais variados movimentos sociais do país. A criação mesma do PT está vinculada a esta inserção, que se mantém com forte capilaridade em todos os estados e municípios onde o PT está inserido.

Ao longo dos anos, essa relação foi se tornando mais complexa por vários fatores. O crescimento dos movimentos sociais incorporou uma militância social não vinculada a partidos políticos. Incorporou ainda uma maior diversidade partidária na sua direção, que disputam espaço com petistas na busca da implementação de suas bandeiras e prioridades de organização. Os movimentos sociais se beneficiam das políticas públicas e dos canais de participação popular, quando abertos pelos governos integrados por petistas. Ao mesmo tempo, a lógica dos movimentos sociais é autônoma em relação aos governos e muitas de suas reivindicações se chocam com definições de governo provocando conflitos institucionais entre movimentos e governos e conflitos políticos entre petistas atuantes nos movimentos e nos governos.

Neste sentido, os Setoriais se transformam em espaços importantes de articulação destas relações entre partido e Movimentos Sociais na medida em que assumem, institucionalmente, tarefas como:

- a) Promover e atualizar o mapeamento da ação de petistas nos movimentos sociais de seu setor;
- b) Desenvolver políticas de filiação ao Partido de militantes dos movimentos sociais de seu setor;
- c) Desenvolver políticas de incorporação desses militantes às estruturas de organização de base e formação política do Partido em todos os níveis;
- d) Propor e articular a realização de cursos e outros mecanismos de formação para a militância petista dos movimentos sociais de seu setor;
- e) Realizar anualmente plenárias setoriais atualizando, em todos os níveis, a política do Partido para o Setor;
- f) Realizar periodicamente Seminários temáticos sobre os temas polêmicos do Setor para definir políticas e posicionamentos partidários a serem compartilhados com a direção do PT para orientar a ação dos/as petistas nos movimentos sociais;
- g) Manter fóruns de debate virtual e circulação de informações e documentos entre a sua militância.
- h) Assumir função mediadora, em nome do Partido, no conflito entre petistas dos movimentos sociais e das frentes institucionais, respeitando-se a autonomia dos entes envolvidos;
- i) Elaborar políticas definidas para temas polêmicos de cada setor, em que os Setoriais subsidiem o Partido para que tome decisões sobre os temas relevantes para a sociedade e os movimentos sociais, de forma a orientar politicamente sua militância e tornar transparentes as posições do PT.

Organização Partidária dos Setoriais

O marco institucional definido no I.º Congresso do PT para os Setoriais do partido está superado e exige a incorporação da realidade vivenciada por estes, suas virtudes e limitações num novo marco institucional.

Da mesma forma, os impasses político-organizativos do conjunto do Partido em sua relação com a base militante se refletem de forma nítida na atual estrutura dos Setoriais, demandando uma nova política de organização de sua ação no Partido e na sociedade.

Os setoriais do PT nos últimos 15 anos produziram experiências e estruturas políticas de organização que extrapolam a sua definição estatutária de mero espaço de articulação dos militantes de um setor.

Alguns setoriais constituíram-se como “comissões” de elaboração de políticas públicas. Outros passaram a organizar setores da sociedade em prol de demandas específicas. Mais recentemente, passaram a organizar em tomo de si, gestores petistas de políticas públicas. O fato é que a estrutura partidária atual não tem garantido que o PT construa uma unidade de intervenção nos momentos cruciais de cada movimento social.

Os Setoriais como participantes da elaboração de Políticas Públicas, por sua composição, os Setoriais constituem-se em agentes políticos do PT capazes de participar da elaboração de políticas públicas para subsidiar a ação legislativa de suas bancadas parlamentares quanto à ação de governo de suas equipes na administração pública.

Se, por um lado, os Setoriais já exercem essa atividade nos períodos pré-eleitorais, quando são chamados a integrar a elaboração dos programas de governos das candidaturas do Partido ou de suas coligações em todos os níveis, ainda são embrionárias as experi-

ências de elaboração de políticas públicas diante de desafios das bancadas parlamentares e gestores públicos no exercício de seus mandatos, e em momentos específicos das conjunturas políticas que se apresentam.

Isso significa que o papel dos Setoriais não se esgota na elaboração de programas de governo, mas também se estende ao acompanhamento da execução desses programas. Justamente por estar impregnado do programa partidário para o setor e de integrar quadros políticos do Partido, militantes dos movimentos sociais e das frentes institucionais, o setorial espaço poderoso de síntese de posições e propostas que podem subsidiar o Partido a enfrentar os temas mais polêmicos em disputa na sociedade.

Os Setoriais são espaços de articulação da relação Partidos, bancadas e governos e zelam pelo programa do Partido em sua área de representação.

Embora iluminados pelo programa partidário, plataformas legislativas e de governo são produzidas e executadas mediante condicionantes vários – alianças políticas, correlação de forças internas e na sociedade, decisões conjunturais.

O Partido exerce sua autonomia:

- a) Ao definir de forma democrática seu programa e suas linhas de atuação;
- b) Ao defender esse programa e essas linhas de atuação na sociedade, como derivadas de seu projeto de poder e de disputa política;
- c) Ao estabelecer mediações organizadas com os vários outros sujeitos políticos encarregados da execução desse programa e com as instituições da sociedade envolvidas (movimentos sociais, parlamentos, governos, academia, outros);
- d) Ao apoiar as políticas que vão ao encontro de seu programa; e. ao criticar as políticas que se afastam ou obstaculizam seu programa.

Neste sentido, a ação dos setoriais em suas respectivas áreas se reveste dessas características da ação do conjunto do Partido. Os Setoriais se relacionam institucionalmente, em nome do Partido, com as bancadas parlamentares e governos no sentido da busca de entendimento e avanço em torno da execução do programa partidário para o Setor, solidariamente com a direção partidária.

Valorização do Esporte e Lazer

O Setorial de Esporte e Lazer constituído a partir do processo de acúmulo dos militantes petistas sejam nas universidades, movimentos sociais organizados e nas gestões democráticas e populares, vêm produzindo documentos históricos desde o encontro de Cajamar em 1989, resultando no atual Programa Esporte e Lazer da Cidade, da SNDEL-ME, que aponta uma concepção de Esporte e Lazer que queremos, atendendo crianças, PPDS, Jovens e terceira idade, com a participação de diferentes agentes sociais, tais como, profissionais e estagiários do esporte e lazer, lideranças e talentos da comunidade.

Para garantir uma melhor qualidade de vida e cidadania é necessária a interação com outras políticas públicas como a educação, saúde e Serviço Social, entre outras.

Para continuarmos avançando é necessário participar da organização da Terceira Conferência Nacional do Esporte e Lazer, consolidando o sistema nacional de Esporte e Lazer que trata das questões dos agentes sociais, financiamentos e controle social. Sendo esse três pontos fundamentais para o fortalecimento do Projeto Político de Esporte e Lazer. Nesse sentido é importante afirmar que o PT tem um projeto político de esporte para a sociedade, alicerçado pela Constituição brasileira que garante o direito ao Esporte e lazer, sem qualquer discriminação, portanto, necessita ser encarado como política social.

Proposta de Plano de Ação

- Fortalecimento do(s) setorial(s), enquanto instância de política partidária;
- Promover amplo debate sobre as políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas nas administrações petistas, coligações, inclusive no Governo Federal;
- Promover o resgate de documentos históricos que refletem o acúmulo no campo progressista, analisando-os e estimulando sua disseminação como referencial, respeitando as regiões e suas condições locais;
- Criar banco de dados com projetos significativos desenvolvidos nas administrações petistas, facilitando o acesso e contribuindo com os demais gestores públicos;
- Formular diretrizes e conceitos na elaboração de plano de Governo, coerente com a história partidária e o acúmulo do setorial (ais);
- Contribuir com a formação política dos quadros partidários;
- Relacionar-se com os dirigentes partidários e parlamentares, subsidiando-os sobre o tema Esporte e Lazer;
- Criar um canal de comunicação, que facilite a relação entre os setoriais e a militância;
- Promover encontros, debates, seminários e conferências de âmbito Regional, visando qualificar o discurso partidário e a atuação dos militantes;
- Intervir para que as resoluções do Setorial de Esporte e Lazer sejam respeitadas/aplicadas pelo PT nas suas instâncias;
- Garantir o controle social da gestão pública, através da criação de conselhos municipais de esporte e lazer nas administrações petistas, paritários e deliberativos, composto por todos os segmentos da sociedade;
- Propor aos gestores a criação de leis municipais de incentivo ao esporte e lazer, permitindo o acesso democrático da sociedade aos recursos públicos;

Resoluções aprovadas

O Setorial Nacional de Esporte e Lazer do PT foi constituído a partir do processo de acúmulo histórico de militantes do Partido nas áreas de esporte e lazer, oriundos do MSO e /ou gestões democráticas populares.

Estes movimentos nos possibilitaram contribuir nas diversas propostas de Programa de Governo das candidaturas (1989, 1994, 1998 e 2002) do companheiro Lula à Presidência da República, culminando com a nossa participação no Governo de Transição (2002) e ocupação da SNDEL-ME de forma Partidária.

Tal espaço foi constituído na perspectiva do respeito político e aliança estratégica com o PC do B, cujo processo de composição do Governo, coube a indicação do ministro.

Ao longo do primeiro mandato do Presidente Lula conseguimos garantir, mesmo com uma tímida destinação orçamentária, a elaboração e implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade sendo este a síntese do acúmulo de nossas experiências na gestão de Políticas Públicas nas áreas de esporte e lazer nas diversas administrações democráticas e populares.

Todavia, a partir do segundo mandato do presidente Lula constata-se a fragilização das relações políticas, para com esta instância, até então construídas com a crescente perda de espaços político-institucionais e o conseqüente enfraquecimento de nossa participação política no interior do ME.

Tal política configura-se numa maneira desrespeitosa no trato com o PT pelo fato de não reconhecer o acúmulo nas áreas de esporte e lazer, como também nossa parceria estratégica e representação política.

A manutenção dessa lógica não contribui para o processo de construção de unidade política, com o objetivo de superarmos as proposições reacionárias que hegemonizam o esporte e o lazer no Brasil.

Neste sentido, propomos a construção conjunta com a Direção Nacional do PT, de uma agenda política propositiva, para que possamos debater com os representantes do PC do B a política hoje implementada pelo ME e os respectivos espaços que o nosso Partido deverá ocupar de maneira a garantir que as concepções democráticas populares sejam de fato a hegemônica no interior ME.

Queremos deixar claro que o reconhecimento da necessidade de composição com todos os setores que participam de nossa base de sustentação representa ação estratégica de governabilidade. No entanto, é necessário que seja garantido a legitimidade das instâncias partidárias que atuam na formulação das políticas públicas setoriais.

Desta forma, os delegados reunidos em Brasília/DF no Encontro Nacional de Esporte e Lazer, realizado dias 16, 17 e 18 de Maio de 2008, propõem:

- Destacar membro da Executiva Nacional e da bancada federal para, através do concreto apoio político, participar do debate político desta instância com os representantes do PC do B no ME;
- Implementar junto a bancada federal o aprofundamento do debate das políticas públicas de Esporte e Lazer, com objetivo de maior compreensão dos conceitos, diretrizes;
- Articular, a partir das ações do membro da Direção Nacional e da bancada, agenda política para rediscutir os espaços institucionais ocupados pelos quadros partidários no sentido de contribuir para o processo de superação da lógica que hegemonizam os setores de esporte e lazer no Brasil.

Coletivo Eleito

Coordenador: Rubem Xavier Martins – São Paulo

Membros Efetivos:

- José Ribamar Pereira Filho – Rio de Janeiro
- Luís Otávio – Rio de Janeiro
- Ricardo Vale da Silva – Distrito Federal
- Davi Coelho – Santa Catarina
- João Alberto – Mato Grosso do Sul
- Framciley Paulo – Amazonas
- Renata Lucena – Pernambuco
- Roseane Favacho – Distrito Federal



5. Setorial de Moradia e Reforma Urbana

Tese Aprovada

Em 2004, quando lançou a Declaração do Milênio na Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, o Presidente Lula mandou um recado à Sociedade: – “*Não é preciso ter medo de cobrar o governo, porque os governos foram eleitos assumindo compromissos que devem ser cumpridos*”. Disse ainda, que “*Não é preciso planejar uma relação efetiva entre o governo e a sociedade, advertindo que, se, por um lado, o Estado não pode se isentar de sua responsabilidade, por outro, cada cidadão tem o papel de cobrá-lo*”.

Conjuntura

Vivemos atualmente num cenário mundial conservador, onde prevalecem os interesses de poucos em detrimento dos direitos de muitos. Participar de iniciativas e movimentos que buscam a construção de uma outra sociedade, como vem sendo feito na América Latina, deve fazer parte do cotidiano de cada um de nós. A luta pela construção dessa nova sociedade, passa pela defesa da informalidade, dos sem-teto, de cidades mais justas, igualitárias e democráticas.

No Brasil, temos milhões de famílias que não têm acesso à moradia e, quando as têm, moram em condições inadequadas. Os dados oficiais apontam mais de sete milhões de famílias sem casa e mais de 10 milhões que moram de forma precária, em áreas sem infra-estrutura urbana e saneamento ambiental e que não são atendidas com pelo menos um dos serviços públicos (água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica).

O problema da moradia não está somente no déficit, mas também na oferta de “cidade” e no acesso à terra. Sucessivos governos do estado deixaram de lado o uso de políticas importantes nesse aspecto: a regularização fundiária, tanto na área urbana, quanto rural. Ainda a especulação imobiliária são outro vetor de imposição de uma dinâmica urbana segregacionista e que deve ser controlada pela administração pública.

A população empobrecida do país, que é sempre penalizada, sofre com a insuficiência e a

baixa qualidade dos serviços públicos, que adoece e que não tem atendimento, pois, faltam médicos, medicamentos, postos e hospitais públicos. E que não consegue trabalho e, quando consegue, é longe de casa, o salário é baixo, transporte urbano é precário e caro.

Embora tenhamos tido alguns avanços, como a criação do Ministério das Cidades, o processo de participação da sociedade, através da Conferência das Cidades e a criação do Conselho das Cidades e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, isso não tem representado respostas concretas às grandes necessidades da população brasileira. De um lado, os recursos têm sido insuficientes e, de outro, os programas e políticas estão sendo implementados num ritmo muito lento, limitando o avanço de programas como o crédito solidário.

A criação do Ministério das Cidades, para nós das organizações populares, era como se estivesse surgindo um canal de interlocução reivindicado ao longo dos anos pelos movimentos na luta pela reforma urbana, sendo uma instância político-social na construção da moradia, tanto no campo e na cidade.

Nos parece hoje, que não é bem isto, um ministério que está muito mais para um balcão de atendimento aos municípios e estados do que um novo instrumento que pudesse atender as reivindicações das organizações populares. E na contramão da história está o Partido dos Trabalhadores que, além de não fazer a disputa por este ministério, que para nós é estratégico, não tem procurado conversar com a militância partidária.

É preciso acelerar as ações que tratam de construção de moradia popular, que melhorem e tornem mais baratos os transportes coletivos, que melhorem e ampliem o acesso aos serviços de água, esgoto, lixo e construção de novas creches para mudar a triste situação em que vivem milhares de famílias do nosso país. Somente com pressão popular, os governos municipais, estaduais e federal mudarão os rumos e trilhar outro caminho, um caminho que concretize as mudanças tão esperadas pela maioria da população. E, para isso, é necessário que haja recursos suficientes e exclusivos para que as políticas urbanas e políticas sociais sejam realizadas.

Propomos, nas três esferas de governo, uma política que de fato assegure o desenvolvimento da reforma urbana das cidades.

Conseguimos avançar um pouco, mas estamos muito aquém de resolver o problema habitacional da moradia popular, e com um déficit habitacional, principalmente nas áreas das famílias com renda inferior a três salários mínimos.

O público alvo que compõe os movimentos de moradia espera atendimento para sem-tetos, moradores de rua, intervenção nos cortiços, urbanização de favelas e o fim das palafitas, sendo, claro, construindo moradia popular para quem mora nestas condições. Como exemplos, citamos algumas experiências concretas no município de São Paulo, que aconteceram nas gestões em que o PT governou este município, através da construção do mutirão por autogestão e autogestão dos recursos. Existe uma grande lacuna na aplicação da autogestão, as administrações mesmo as democráticas e populares, não conseguem compreender que as organizações dos trabalhadores são capazes de administrar o dinheiro público com responsabilidade.

É preciso que os/as candidatos/as dos partidos da chamada esquerda invistam com maior vigor em programas sociais visando, assim, diminuir o déficit habitacional no país. Os governos democráticos e populares devem ser ousados.

Subsídios para uma Política Habitacional a Partir de uma Visão da Situação Nacional
É preciso que aconteçam verdadeiras urbanizações nas favelas e não projetos localizados, onde as famílias que sejam atingidas pelas emoções participem do debate não só na remoção, mas como também na construção das novas moradias para onde serão

transferidas. Garantir a transferência destas famílias com transparência e que não seja um atendimento apadrinhado.

Para reverter essa situação estamos mobilizando as organizações da sociedade civil e sensibilizando os governos municipais e estadual a serem nossos parceiros na implantação de políticas públicas, principalmente no que tange ao desenvolvimento e implantação de um Plano Estratégico de Geração de Emprego e Renda e Capacitação Tecnológica para os mais Pobres, através do CETOP – Centro de Tecnologia Operária Popular, que garantam a efetivação do direito as cidades socialmente mais justas, democráticas e sustentáveis.

Reivindicações Aprovadas na Plenária Nacional do Setorial de Moradia e Reforma Urbana

1. O reconhecimento da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, que amplia e incorpora direitos como: a terra urbanizada, a moradia de qualidade, o saneamento ambiental, a mobilidade e ao transporte urbano, o acesso ao trabalho, lazer e creche para as presentes e futuras gerações.

2. Avançar na regulamentação/normatização de leis específicas municipais através de Projetos de Lei de forma a possibilitar o resgate da função social da propriedade e a função social da cidade na forma da Lei Federal n.º 10.257, de 2001 (Estatuto das Cidades) e seus anexos.

3. Combate aos despejos por meios legais, de políticas públicas pró-ativas e de prevenção e mediação junto às ações dos despejos e de todas as formas de exclusão social e segregação urbana.

4. A aprovação da política nacional de saneamento ambiental, a promoção de programas e o aporte de recursos visando a universalização do acesso à água e aos serviços de esgotamento sanitário e a coleta de resíduos sólidos.

5. Criação de instâncias participativas e deliberativas de gestão democrática, com participação popular, no nível municipal, estadual, metropolitano, de consórcios municipal e regional.

6. A implementação imediata do Estatuto da Cidade por todos os níveis de governo, promovendo a função social da cidade e da propriedade.

7. A implementação da política urbana de forma integrada nas regiões metropolitanas, priorizando o atendimento às famílias de baixa renda, localizadas nas periferias das metrópoles brasileiras.

8. A promoção de políticas que garantam o direito ao transporte público de qualidade através de recursos permanentes para o setor; o barateamento das tarifas através de justiça social e tributária; a priorização do uso do viário para o transporte público; a integração entre os vários modais de transporte; a ampliação do sistema metro-ferroviário nas regiões metropolitanas; a ampliação das ciclovias e ciclo-faixas; a paz no trânsito através de campanhas; liberação de recursos contingenciados; e medidas que garantam acessibilidade para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

9. A adoção de políticas urbanas que promovam: a equidade de gênero; o reconhecimento dos direitos dos idosos e dos homossexuais; oportunidades aos grupos étnicos discriminados, sobretudo, os afro descendentes e o protagonismo juvenil.

10. Ampliar a discussão para viabilizar a destinação de imóveis públicos e privados ociosos para habitação de interesse social.

11. Viabilizar a destinação de imóveis públicos ociosos, não patrimonial e não de uso pelo poder público para habitação de interesse social e, caso venha a ser inviável, destiná-los para uso de caráter comunitário.

12. Promover a inclusão sócio-espacial através da regularização fundiária e edilícia, requalificação urbana e regularização das ocupações, admitindo as modalidades de cessão, doações ou aquisições de imóveis e terrenos, construção e reformas com ou sem ampliação baseadas na função social da propriedade, removendo os obstáculos jurídico-administrativos e de regularização cartorial com a origem de recursos advindos do FGTS, do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), dos fundos municipais, estaduais e federal de habitação de interesse social, que não sejam onerosos e que venham a fundo perdido, ou seja, não retornem sob forma de prestações; que sejam disponibilizados inclusive às entidades da sociedade civil, na qualidade de entidades organizadoras dos projetos que apoiará o grupo de famílias a serem beneficiadas onde será incluído, além de equipamentos comunitários, o fornecimento de toda assessoria técnica necessária à viabilização dos empreendimentos pretendidos. Caso os recursos venham de forma onerosa, como é o caso dos recursos do FGTS, ou seja, tenham que retornar sob forma de prestações que haja desconto de parte expressiva do valor pretendido pelo beneficiário da operação (pessoa física), a exemplo do que já ocorre com os recursos do FGTS (Resolução n.º 460 do Conselho Curador do FGTS), e que só seja analisada a sua capacidade de endividamento, sendo dispensada a regularidade junto aos cadastros de débitos (SERASA, SPC, e etc.)

13. Promover a desoneração de impostos sobre produtos industrializados para materiais de construção civil que se destine a produção de moradia, regularização fundiária e edilícia, requalificação urbana, e regularização de ocupações e a projetos/programas de geração de renda.

14. Mapeamento de terras da União, Estado, Município e de outros órgãos públicos, com a finalidade de baratear o custo da construção e facilitar o acesso do crédito, fazendo a doação ou venda do terreno a preço simbólico, visando a construção moradias populares, utilizando-se de programas, prioritariamente para famílias de 0 (zero) a 3 (três) salários mínimos, como é o caso do Programa Crédito Solidário, que de forma precária só esta atendendo apenas aos mutuários que tenham rendas acima de 1,7 salários mínimos.

15. A promoção de políticas de segurança pública que estejam baseadas na cidadania, que protejam os direitos dos cidadãos que vivem nas favelas e periferias, garantindo a inclusão social como forma de combate à violência urbana.

16. Criação de uma Vara Federal Especial da Moradia e Reforma Urbana com finalidade de mediar os conflitos ligados a função social da terra rural e urbana, da propriedade e da função social da cidade.

17. Criação de um programa de melhoramento comunitário (a exemplo do Programa Crédito Solidário, Programas de Orçamentos Participativos e Programas de Mutirão Comunitários) com a origem de recursos advindos do FGTS, do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), dos fundos municipais, estaduais e federal de habitação de interesse social que não sejam onerosos e que venham a fundo perdido, ou seja, não retornem sob forma de prestações, que tenham somente na qualidade de entidades organizadoras as entidades da sociedade civil, tendo como entidade apoiadora ao grupo de famílias a serem beneficiadas, incluindo-se o fornecimento de toda assessoria técnica necessária à viabilização dos empreendimentos pretendidos, os municípios, o estado, o governo federal através dos seus órgãos públicos (a exemplo da Caixa e do Patrimônio da União) e os conselhos federais (a exemplo do CREA) para tratar de pequenas intervenções nas modalidades de abastecimento de água; esgotamento sanitário; destinação de resíduos sólidos; drenagem; intervenções sanitárias, de saneamento ambiental; de melhorias em

vias públicas; distribuição de energia elétrica; construção e melhorias em áreas destinadas ao esporte e lazer; na construção e melhorias de equipamentos comunitários; e na geração de renda e capacitação profissional dos moradores daquela comunidade e comunidades adjacentes para execução dessas intervenções nas áreas de requalificação urbana, nos bairros, nas favelas, nos loteamentos irregulares e nas ocupações mansas e pacíficas de terras e de prédios.

18. Criação de leis municipais concedendo isenção de IPTU, ITBI, e ISS relativamente a programas de construção e financiamento de habitações de interesse social a ser implementado em todo território nacional.

19. Desenvolver e implantar um plano estratégico de pesquisa, de geração de emprego e renda e capacitação tecnológica para os mais pobres, através do CETOP Centro de Tecnologia Operária Popular que garantam a efetivação do direito as cidades socialmente mais justas, democráticas e sustentáveis.

22. Continuar fomentando a implantação de Orçamento Participativo nos Municípios bem como contribuir com propostas na elaboração e execução dos planos municipais, regionais e estadual de habitação de interesse social, planos anuais, plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias, planos diretores e planejamentos participativos de moradias e de reforma urbana.

23. Contemplar nas discussões da moradia urbana a discussão da moradia rural, bem como participar com propostas, projetos e programas nas discussões das políticas setoriais/transversais ligadas aos investimentos na área de reforma agrária, agricultura familiar, agronegócios, pecuária e pesca e pisciculturas, buscando defender a existência de corredores verdes de produção alimentícia e produção pesqueira e denunciando a implantação de monoculturas, a exemplo dos transgênicos e plantação de eucaliptos em grandes escalas com defesa da existência e fortalecimento das entidades ambientalista e de controle social.

24. Acompanhar os dispositivos e garantir que seja carimbado a produção habitacional, através dos orçamentos, 1% do ICMS, lei da compra da terra, Estatuto das Cidades, Planos Diretores e Zeis (Zonas Especial de Interesse Social), Conselho de Habitação e Fundos Municipais, Estadual e Federal.

25. Garantir a destinação da verba federal para os estados e municípios assim como também para os movimentos populares de moradia, como também para as cooperativas populares e sua aplicação impedindo o retorno para união daquilo que não foi utilizado.

26. Aprovação dos planos diretores e aplicação do Estatuto da Cidade, garantindo a lei das Zeis e outros dispositivos.

27. Diálogo com os movimentos de moradia e participação do processo das nossas propostas como parte integrante de políticas habitacionais.

28. Que a CEF (Caixa Econômica Federal) crie em parceria com os movimentos sociais, normativa interna específica para atender os projetos de habitação popular, visando diminuir a desburocratização da tomada das linhas de crédito. Que a CEF patrocine congressos e seminários em parcerias com os movimentos sociais para assegurar a participação, a divulgação e contribuição dos movimentos sociais nas elaborações de políticas e normas para habitação popular.

29. Nas áreas de mananciais, garantir o direito de quem já está morando e que possa preservar as áreas iminentemente ambientais e que o direito ambiental não prevaleça sobre o direito da moradia.

Considerações finais

Queremos construir um Setorial de Moradia onde os parlamentares petistas possam ser

de fato, nas três esferas de governo, parceiros, e não instâncias partidárias, para que seus mandatos devam estar a disposição do partido, assim como dos movimentos, e não ter a função de uma tendência partidária ou um núcleo, o qual o parlamentar está ligado.

Que os programas de governo sejam elaborados a partir das experiências de cada setorial constituído e que os candidatos e ou as candidatas usarão como um instrumento para a sua campanha, assim como implementará após a posse.

Garantir a participação dos membros dos setoriais como parte integrante das mesas de debates em seminários, reuniões e outros, quando o assunto moradia seja pauta, para que daí por diante não tenhamos duas relações: o candidato ou a candidata falando uma coisa e as bases partidárias outra.

O Setorial de Moradia e Reforma Urbana, sendo um segmento do PT, deve procurar identificar os problemas mais urgentes da questão fundiária, principalmente quando o direito à moradia da população pobre estiver em jogo, atuando sempre em apoio às causas populares em parceria com as entidades do movimento popular. Importante neste contexto é o fortalecimento dos Fóruns Nacionais de Reforma Urbana, das representações estaduais das principais entidades do movimento popular.

Todos os dados aqui colocados são, de uma maneira geral, de conhecimento dos militantes da causa da política urbana espalhados nas diversas entidades afeitas ao tema. Historicamente, sempre focamos nossa luta na inversão das prioridades, na democratização da informação e no controle social da alocação de recursos, através da participação popular. É preciso, porém, que estejamos à altura dos desafios que nos esperam. Há uma grande necessidade de capacitação das lideranças comunitárias principalmente na elaboração e administração de projetos, no domínio da legislação e no exercício cotidiano das funções inerentes aos espaços institucionais conquistados.

Esta deve ser, então, a grande contribuição do Partido dos Trabalhadores. O Setorial de Moradia deve assumir a responsabilidade de trazer a militância para a discussão e propor uma linha de ação política que leve em conta, principalmente, a diversidade de opiniões e a autonomia do movimento social. Acreditamos que o sucesso da nossa luta se materializa na medida em que possamos arregimentar as várias formas de pensamento político do partido para a discussão e implementação de uma plataforma de mínimo entendimento, procurando administrar politicamente as nossas pequenas, porém, saudáveis diferenças.

O nosso entendimento é que, apesar dos problemas que envolvem, o nosso Partido no atual momento, continuamos a defender as nossas principais bandeiras. O nosso projeto político continua a fazer parte da ordem do dia e precisamos mostrar à população brasileira que o Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso de defesa dos interesses das classes menos favorecidas. Esse compromisso passa pela implementação dessas propostas que constituíram o programa para a construção deste setorial, e que possam ser utilizadas como fonte de consulta para a elaboração de um programa de governo capaz de fazer frente aos novos desafios que nos aguardam.

Coletivo Eleito

Coordenador: Luiz Gonzaga da Silva (Gegê) – São Paulo

Membros Titulares:

- Gilmar Antonio dos Santos – Guarulhos/SP
- Nídia Coslopo – São Paulo/SP

- Carlos Roberto de Oliveira – Campinas/SP
- Hosmério Ângelo Filho – Bangu/RJ
- Suely Lima – São Paulo/SP
- Felá-cia Mendes Dias – São Paulo/SP
- Lásaro Antonio de Santana – São Gonçalo/RJ
- Maria Clara da Silva – Vitória/ES
- Cristina Novaes de Souza – Rio de Janeiro/RJ

Membros Suplentes:

- Silvana Márcia de Lima Maciel – Campinas/SP
- Lenine Fernandes Rangel – Vitória/ES
- Miriam Hermógenes dos Santos – São Paulo/SP
- Márcia da Costa Ferreira – Niterói/RJ
- Estado do Ceará
- Estado de Goiás



6. Setorial de Pessoas com Deficiência

Tese Aprovada

Pelo Reconhecimento Político das Diferenças no PT

Parte I – Partido, governo e movimentos sociais

Em 2002, logo após a primeira eleição de Lula ao governo federal, ficou claro que a relação entre o PT e os movimentos sociais iria enfrentar problemas adicionais, semelhantes aos que já havíamos vivenciado no caso de muitos governos municipais e estaduais petistas, o que poderia levar a uma perda de influência do Partido nos movimentos sociais.

Essa perda de influência possui relação com:

- a) A ida de quadros dirigentes do movimento para a “máquina” do governo;
- b) A falta de sensibilidade política de setores do governo na relação com seus aliados do movimento social;
- c) O crescimento de lideranças oposicionistas – à esquerda e à direita – nos confrontos travados pelo movimento contra o governo;
- d) A falta de compreensão, por parte de alguns dirigentes do movimento social, do significado estratégico de um governo comprometido com as lutas democráticas e populares.

Neste novo quadro, defendíamos que seria preciso reforçar a condução política, a formação ideológica e a organicidade dos movimentos sociais. Defendíamos que os movimentos sociais assumissem uma posição autônoma com relação ao governo, para serem capazes tanto de apoiar e dar respaldo social às ações governamentais com caráter democrático-popular, quanto de continuar lutando por suas reivindicações históricas, cujo horizonte certamente transcende aquele da ação e da duração do exercício dos mandatos institucionais. De fato, considerávamos fundamental que os movimentos permanecessem reivindicando-

do vivamente suas demandas, para fornecer o necessário contraponto ao grande capital e seus diversos representantes, que certamente buscariam incidir de todas as formas nos rumos do governo.

Quando o governo Lula estava em vias de completar seu primeiro ano e começavam a se manifestar de forma mais aguda as contradições do primeiro mandato, sobretudo no que se refere à continuidade da política econômica e às consequências dessa opção para as áreas sociais, constatamos que a avaliação feita anteriormente, sobre as dificuldades que enfrentaríamos no que se refere aos movimentos sociais, estava correta.

Também verificávamos que o incremento da mobilização social, naquele cenário, passava por conseguir galvanizar as esperanças depositadas em Lula, organizando os setores populares não contra o governo, mas a favor de seu programa. Essa idéia encaixava-se no contexto da luta mais geral que travávamos, então, por mudanças nos rumos do governo Lula.

Correspondia, também, à idéia de que a construção de um poder político, social e ideológico independente do Estado exige um enorme investimento na constituição de uma cultura socialista de massas, a construção de fortes movimentos e lutas sociais e o fortalecimento de uma estratégia socialista e revolucionária, que deveria se materializar nas organizações partidárias.

Se grande parte das entidades organizadas do movimento social já havia apoiado Lula desde o primeiro turno das eleições de 2006, o segundo turno aglutinou os principais setores do movimento em torno desta candidatura.

Passada a eleição, que representou sem dúvida uma vitória para os setores democrático-populares, é preciso agora avaliar que papel poderão e deverão jogar os movimentos sociais, para que o segundo mandato seja efetivamente superior ao primeiro.

Movimentos sociais, partidos e governos cometem erros e acertos. Podem fazer a luta avançar ou retroceder. Em todas essas formas de organização política, encontramos profundas contradições. E a luta da classe trabalhadora só pode obter sucesso se conseguir articular essas diversas dimensões.

Os rumos do segundo mandato do governo Lula e a posição do PT nesse processo terão um peso fundamental na definição futura de nossa relação com os movimentos sociais. O fato é que o segundo mandato precisa estar mais sintonizado com as demandas dos movimentos sociais. E, nesse sentido, que nós, militantes do setorial das pessoas com deficiência do Partido dos Trabalhadores devemos, nesse encontro, aprofundarmos a nossa discussão e construirmos uma política que faça avançar a luta do segmento, nos movimentos, no partido e em nossos governos.

Parte 2 – Pessoas com Deficiência, Direitos Humanos e Cidadania

Considerando que uma das prioridades de qualquer partido democrático e popular é estabelecer políticas no sentido de avançar na construção coletiva de uma sociedade que incorpore os Direitos Humanos e o combate à violência em todas as dimensões das relações sociais, radicalizando a democratização do Estado e da Cidade, e que propõe para o Estado, em todos os níveis, uma nova mentalidade e postura, expressa em políticas afirmativas frente às questões dos Direitos Humanos, onde as lutas pela dignidade, justiça, combate às violências, solidariedade e pelo fim de todas as formas de opressão e de discriminação sejam princípios básicos norteadores de ações e proposições concretas e efetivas no sentido da construção, ampliação e qualificação da cidadania.

Julgamos como essencial a esse propósito o estabelecimento de políticas públicas que objetivem promover a Equiparação de Oportunidades voltadas para as Pessoas com deficiência, uma vez que em grande parte são as barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais as

principais causas dos problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência para atingir aos objetivos proclamados pelas Nações Unidas por ocasião do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência: “Participação Plena e Igualdade”. Este quadro evidencia que os maiores problemas estão situados na interação entre a pessoa e um meio social padronizado e segregador e, portanto, inadequado para tratar com as diferenças de toda ordem. A “deficiência” somente é plenamente instalada quando é negado as pessoas, as oportunidades para o seu desenvolvimento, intelectual, social e cultural. Se, por um lado, as pessoas com deficiência exigem ver removidos os entraves para sua participação social, com o reconhecimento político das diferenças individuais, por outro lado, tampouco pleiteiam qualquer espécie de privilégios, recusando, por conseguinte todo tipo de paternalismo ou assistencialismo que são oferecidos na linha do mero “atendimento”, sem propostas de efetiva mudança social.

A questão das pessoas com deficiência é relativamente recente nas pautas de discussão e nos programas políticos do PT. Até a pouquíssimo tempo atrás ainda era entendida como se restrita fosse a área da assistência social, visão aliás ainda não totalmente superada pelo PT. A assistência social é sem dúvida uma importante política social para as pessoas com deficiência, uma vez que nossa realidade perversa e excludente coloca um imenso contingente populacional na faixa da pobreza absoluta, para quem a assistência social, construtiva e transformadora, tem um amplo campo de trabalho. O erro é limitar todo um conjunto de políticas voltadas para a questão destas pessoas, que no seu conjunto tem um extraordinário poder questionador da sociedade capitalista e de seus valores culturais e simbólicos, a uma questão assistencialista.

Abre-se assim, por deixar a descoberto todo um campo de luta concreta e ideológica, um flanco para os discursos paternalistas e oportunistas, que a direita e as forças conservadoras historicamente trabalham muito bem, colhendo inclusive generosos dividendos eleitorais, com a eleição de parlamentares e governos que reproduzem essa visão. Portanto, se Democracia e Socialismo são nossas bandeiras históricas, é chegada à hora de implementar um novo vértice que é o Reconhecimento Político das Diferenças Culturais, Sociais e Individuais sem o qual não se constitui uma sociedade socialista.

Parte 3 – Contexto Partidário

Assistimos lamentavelmente por ocasião do CONGRESSO DO PT a mais um triste episódio do descaso do Partido para com as questões das pessoas com deficiência. Não havia acessibilidade no local do Congresso, nem tampouco material em Braille e tradução em Libras, dificultando ou mesmo impossibilitando a participação de pessoas com deficiência física, cegos e surdos. Os poucos companheiros (as) do nosso setorial que se atreveram a participar ainda gestionaram junto à organização do congresso para que fossem sanados esses problemas, mesmo que de forma emergencial. O comandante Che Guevara sabiamente dizia que o partido político é ante-sala da sociedade socialista que queremos, então se recebemos esse tratamento do PT em que pese estarmos lutando interna e permanentemente pela superação desses problemas, não são animadoras as perspectivas de uma nova sociedade proposta pelo PT para as pessoas com deficiência. Nós, pessoas com deficiência, que somamos mais de 25 milhões de brasileiros e brasileiras, que historicamente temos sido colocados em segundo plano na vida do país, e do PT por extensão, como consequência da ação nefasta do preconceito e da discriminação, nos somamos ao povo brasileiro em sua luta por justiça social e igualdade de oportunidades.

Parte 4 – Programas, Políticas e Diplomas Legais

No primeiro mandato do Governo Lula obtivemos avanços em nossa luta, que são:

a) Realizou-se a I Conferência Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência;

b) O Governo assumiu a educação inclusiva (bandeira histórica do movimento e do setorial).

Mesmo diante de tais avanços, ainda temos algumas fragilidades que esperamos superá-las ainda neste segundo mandato.

Neste sentido, colocamos como uma das prioridades do Setorial Nacional das Pessoas com Deficiência, a qualificação das políticas públicas a serem implementadas pelos nossos governos, nos âmbitos municipais, estaduais e nacional, que segue:

- a) Nossos governos devem compreender que as causas das deficiências estão efetivamente atreladas à falta de investimentos nas políticas sociais, seja no saneamento básico, na segurança, passando pelas doenças e acidentes de trabalho e trânsito;
- b) Potencializar a educação inclusiva, a qual se constitui num divisor entre a exclusão e a inclusão real, pois quando as crianças convivem com as diferenças existentes na sociedade os preconceitos diminuem. Devendo garantir toda a estrutura necessária para a implementação dessa política garantindo as condições individuais de cada educando.
- c) Cabe também aos nossos governos implementarem na administração direta e indireta o efetivo cumprimento dos programas de acessibilidade;
- d) Em âmbito nacional, criar a Secretaria Nacional de Políticas para as Pessoas com Deficiência, com status de ministério, tendo como papel político aplicar, fiscalizar e fazer o diálogo com o movimento das pessoas com deficiência. Criando ainda estruturas similares nos estados e municípios e trabalhar de forma horizontal e articulada com os outros Setoriais e Secretarias do PT.

No que se refere ao papel da nova direção do Setorial dos Petistas com Deficiência, consideramos que serão tarefas fundamentais desta nova gestão:

- a) Organizar o setorial nacional ajudando na construção dos setoriais estaduais em todos os locais onde ainda não existem;
- b) Abrir um processo de discussão junto à Direção Nacional do PT para que a política de acessibilidade seja implementada, pois a maioria de nossos diretórios está instalada em prédios que não há acessibilidade;
- c) Estruturar o Setorial Nacional, inclusive com a contratação de assessoria, para o desenvolvimento da organização dos Setoriais Estaduais existentes bem como fortalecer a criação de novos Setoriais.
- d) Garantir a infra-estrutura necessária para que os membros da Direção Nacional do setorial possam desempenhar suas atividades e seu papel político de articulação.

No que diz respeito ao Estatuto da Pessoa com Deficiência definimos:

- 1. Ressaltar a importância do Estatuto como instrumento de luta da pessoa com deficiência;
- 2. Ressaltar que o Estatuto está em processo de debate;
- 3. Ressaltar a importância de nós petistas estarmos envolvidos diretamente no debate para que o Estatuto da Pessoa com Deficiência seja aprovado no Governo Lula contemplando plenamente as diretrizes da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência da ONU.

Por fim, entendemos que a luta por uma sociedade socialista (justa e igualitária) passa pela compreensão e pelo respeito à diversidade que existe na humanidade.

Moções e Resoluções Aprovadas pelo Setorial de Pessoas com Deficiência

Moção de Repúdio

Nós petistas com deficiência reunidos por ocasião dos encontros setoriais 2008 em Brasília ao tomarmos conhecimento que o cadastro de lideranças anexado ao material distribuído para todos os participantes do Encontro onde são solicitadas informações tais como: dados pessoais, profissão, grau de instrução, etnia e religião, mas infelizmente é omissa com relação à questão da deficiência, nesse sentido repudiamos com veemência essa omissão por entendermos que se constitui em discriminação bem como em reforço a invisibilidade sistêmica que as questões das pessoas com deficiência são tratadas na sociedade em geral, portanto, por defendermos que isso não mais ocorra no PT apresentamos essa moção.

Moção de Repúdio

Nós do Setorial das Pessoas com Deficiência, reunidos no Hotel Nacional, no período de 16 a 18/05/08, rechaçamos a posição do Diretório Estadual do PT de Pernambuco de não apoiar de nenhuma forma a vinda dos delegados do SPCD/PE ao encontro setorial em Brasília.

Moção de Aplauso

Nós do Setorial das Pessoas com Deficiência, reunidos no Hotel Nacional, no período de 16 a 18/05/08, aplaudimos a Secretaria Nacional de Movimentos Populares do PT pelo apoio dispensado às pessoas com deficiência neste encontro.

Moção de Reconhecimento ao Companheiro Xuxu (em memória)

O Setorial de Petistas com Deficiência dos estados do RS, SP, RJ, MG, PE e PA além dos representantes dos estados do CE e GO, reunidos em seu encontro Nacional em Brasília, de 16 a 18 de maio de 2008, vem manifestar seu reconhecimento ao companheiro Xuxu em memória.

Reconhecemos que Xuxu Veludo sempre teve grande empenho na luta pela busca dos direitos das PcD em nossa sociedade através da implementação de políticas públicas em todos os níveis.

Em sua atuação de militante, sempre priorizou o segmento das PcD e por isso auxiliou a construção do Setorial de Petistas com Deficiência e com certeza deixou sua marca na história das pessoas com deficiência em nosso Brasil. Face ao exposto, por decisão de todos os participantes, aprovamos essa Moção de Reconhecimento ao companheiro Xuxu, por sua vida de dedicação a luta das PcD, que deverá ser encaminhada aos seus familiares.

Resoluções

Resolução I

Considerando que o setorial de PcD iniciou seus trabalhos em 1989 com a realização do I Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência do PT;

Considerando que nesses anos todos houve um acúmulo de discussão que culminou com a formulação de propostas de políticas públicas de atenção ao segmento;

Considerando que no Brasil há farta legislação que trata dos direitos das PcD;

Considerando que há necessidade de efetivar os direitos das PcD a partir dos municípios;

Considerando que nesse ano ocorrerão as eleições municipais de Prefeitos e Vereadores e que o PT apresentará candidatos majoritários em vários municípios;

Resolve:

O DN encaminhará aos Diretórios Estaduais as propostas de políticas públicas de atenção as PcD, propostas essas que serão repassadas aos GTE dos municípios onde o PT concorrerá às Prefeituras a fim de incluí-las nos Programas de Governo.

Resolução 2

Considerando os termos do Regimento Interno dos Encontros Nacionais Setoriais;

Considerando a deliberação do Setorial de Pessoas com Deficiência;

Considerando a necessidade da viabilização de políticas públicas para o segmento das pessoas com deficiência;

Considerando a participação e o protagonismo como instrumentos de empoderamento das pessoas com deficiência;

Considerando os marcos republicanos que estabelecem a independência dos poderes;

Considerando que o poder legislativo tem papel fundamental na construção dos direitos das pessoas com deficiência;

Considerando que o Setorial das Pessoas com Deficiência tem o dever de construir o fortalecimento do PT nas instâncias do Poder Legislativo;

Resolve:

Estabelecer candidaturas próprias de seus integrantes às eleições municipais de 2008, onde houver Setoriais de Pessoas com Deficiência nos âmbitos municipais e estaduais.

Resolução 3

As pessoas com paralisia cerebral (PC) de longa data encontram problemas nas assinaturas de documentos, uma vez que elas possuem dificuldades de coordenação motora. Nesse sentido reivindicam a formalização de um carimbo ou similar como assinatura oficial.

Ante ao exposto, Resolve:

O PT encaminhará à Presidência da República e a Secretaria Especial de Direitos Humanos bem como ao Conade solicitação de providências para oficialização de um instrumento de assinatura pessoal das pessoas com paralisia cerebral.

Resolução 4

O Coletivo Nacional de Petistas com Deficiência reunido por ocasião dos Encontros Setoriais 2008 em Brasília/DF, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando a Constituição Federal regulamentada pelo Decreto 5296/96;

Considerando que o PT tem uma história de vanguarda no cumprimento dos direitos de cidadania das pessoas com deficiência;

Resolve:

Requerer que seja cumprida a Lei 10.098 e as resoluções dos Congressos do PT sobre acessibilidade nas sedes petistas

Resolução 5

O Setorial Nacional das Pessoas com Deficiência do PT reunido por ocasião do Encontro Setoriais 2008 em Brasília/DF

Considerando os termos da Carta Compromisso do então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregue a esse setorial no dia 21/09/2002;

Considerando a participação direta desse coletivo na elaboração do Programa de Governo do Primeiro Mandato do governo Lula;

Considerando os compromissos desse setorial com as políticas de esquerda voltadas para o segmento das pessoas com deficiência;

Considerando que esse setorial tem desacordo programático e ideológico com as políticas neoliberais de governos anteriores voltadas para as pessoas com deficiência, que reforçam políticas assistencialistas;

Considerando que esse setorial vem incondicionalmente defendendo as políticas públicas implementadas pelo Segundo Mandato do Governo Lula;

Considerando que integrantes desse setorial que participam como representantes da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência vem sofrendo sistematicamente vetos políticos quanto à formulação de propostas e representação por parte da Coordenadoria Nacional de Políticas de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE resolve:

Repudiar todos e quaisquer atos que discriminem militantes do Partido dos Trabalhadores atuantes em órgãos de Controle Social e manifesta seu desacordo com a manutenção de figura estranha às políticas de esquerda defendidas por esse setorial em instância superior de gestão do governo popular construído a partir da participação efetiva desse setorial.

Outrossim, constata-se a exclusão da participação desse setorial no governo que ajudou a construir frente aos outros setoriais que dirigem as políticas públicas dos seus respectivos segmentos, a saber: mulheres, igualdade racial, juventude, entre outros. Isso posto vem reivindicar a sua participação no Governo Federal como gestor das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência de nosso país.

Coletivo Eleito

Primeiro Coordenador: Antônio José Ferreira – Pernambuco

Segundo Coordenador: Santos Eli Fagundes – Rio Grande do Sul

Terceiro Coordenador: Isaías Dias – São Paulo

Membros Efetivos:

- Luís Paixão – Pernambuco
- Márcio Aguiar – Rio de Janeiro
- Márcio Rodrigues – Rio de Janeiro
- Francisca das Chagas Félix – São Paulo
- Humberto Lippo – Rio Grande do Sul
- Ronaldo de Matos Diana – Minas Gerais
- Antônio Ubirajara C. da Costa – Minas Gerais
- Roberto Nazareno – Pará

Membros Suplentes:

- Celso Ferreira Farias – Ceará
- Pedro Leonardo da Luz Loss – Rio Grande do Sul



7. Setorial de Saúde

Tese Aprovada

O PT em defesa do SUS: Saúde é luta de todos e prioridade do PT!

Sobre a Organização Partidária

O Setorial Nacional de Saúde do Partido dos Trabalhadores apresenta para seu encontro nacional um conjunto de reflexões e propostas para assegurar uma ação política, solidária e unificada dos (as) filiados (as) do Partido no setor saúde e facilitar seu diálogo com o Diretório Nacional, o Governo do Presidente Lula, dos Estados e Municípios.

É importante registrar que este encontro marca, certamente, um dos melhores momentos organizativos do Partido dos Trabalhadores, de suas Secretarias Nacionais e Estaduais de Movimentos Populares, de Organização, Mobilização e Comunicação e dos Setoriais Nacional e Estaduais de Saúde, estes, desde a sua organização estatutária.

Registramos, ainda, o esforço do 3.º Congresso do Partido para aprovar resolução sobre a reorganização dos seus setoriais, as novas regras de funcionamento e suas atribuições. Além disso, a Secretaria Nacional de Movimentos Populares conseguiu, juntamente com outras Secretarias Setoriais do PT, os setoriais nacionais e as Secretarias de Movimentos Populares Estaduais, promoverem a opção de mais de 37 mil filiados a algum dos setoriais e o Setorial de Saúde conseguiu a realização recorde de encontros estaduais com quorum de dez setoriais de saúde (AC, BA, CE, DF, MG, PR, RJ, RS, SP, SE) e três núcleos (ES, PA, RN). Tudo isso demonstra o avanço no Processo de Eleições Diretas (PED) do Partido e das resoluções do 3.º Congresso, que criaram mecanismos para promover maior aproximação entre os filiados e, destes, com as direções partidárias. Agora, os setoriais temáticos têm um novo papel.

O 3.º Congresso estabeleceu que os setoriais do Partido sejam espaços de organização da militância petista com as seguintes finalidades: i) motivar a organização partidária dos filiados/as atuantes nos movimentos sociais; ii) elaborar políticas públicas no âmbito par-

tidário para subsidiar a ação institucional do Partido; e, iii) constituir-se como representação institucional do Partido nas suas relações com os movimentos sociais, as bancadas parlamentares e os governos do Partido.

Para cumprir suas atribuições na estrutura partidária, o 3.º Congresso definiu que os setoriais do PT assumam, institucionalmente, as seguintes tarefas: promover a articulação entre o Partido e os diferentes movimentos sociais, identificando e reconhecendo a ação dos petistas do respectivo setor; desenvolver política de filiação ao Partido de militantes dos movimentos sociais e políticas de incorporação desses militantes às estruturas de organização de base do Partido; propor e articular a realização de cursos e outros mecanismos de formação para a militância petista; realizar plenárias setoriais e seminários temáticos sobre assuntos polêmicos do setor para definir políticas e posicionamentos partidários a serem compartilhados com a direção do PT e orientar a ação dos/as petistas nos movimentos sociais; manter fóruns de debate virtual e fazer circular informações e documentos entre a sua militância; assumir função mediadora, em conflitos entre petistas dos movimentos sociais e das frentes institucionais, respeitando-se a autonomia dos entes envolvidos; elaborar políticas para os temas polêmicos e relevantes para a sociedade e os movimentos sociais, para subsidiar o Partido na tomada de decisões, de forma a orientar politicamente sua militância e tornar transparentes as posições do PT.

A tese proposta pela chapa “O PT EM DEFESA DO SUS: SAÚDE É LUTA DE TODOS E PRIORIDADE DO PT!” para a Coordenação do Setorial Nacional de Saúde nos próximos anos sintetiza o acúmulo organizativo partidário, inclusive dos setoriais estaduais, e a atuação dos petistas em diversas frentes do movimento sanitário no que respeita os conceitos de saúde, políticas intersetoriais condicionantes de qualidade de vida e saúde, princípios, diretrizes e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), sistema e rede de ações e serviços públicos de saúde, pactos pela saúde, participação popular e controle social do SUS, mesas de negociação permanente do SUS, dentre outros.

Esta afirmação, no momento da realização dos Encontros Nacionais dos Setoriais do PT, significa assegurar que, no geral, a militância petista do setor saúde possui um grande instrumento de organização da luta pela saúde pública no Brasil que é o Partido dos Trabalhadores e tem convergência política acerca do sistema nacional de saúde que há mais de 20 anos vem ajudando a construir. O SUS completa 20 anos, no ano em que o PT completa 28.

A saúde é uma política social de relevância pública, dever do Estado e direito fundamental da pessoa humana. Por isso, deve ser objetivo prioritário da ação dos governantes. Como destaca o manifesto da Campanha do PT “SUS, Essa luta é nossa! EC 29, regulamentação já!” a saúde é, ao mesmo tempo, fator de desenvolvimento econômico e social e o resultado do modelo de desenvolvimento adotado em um país. Por isso, a saúde é um dos elementos estruturantes do projeto de desenvolvimento do PT para o Brasil.

Nesse aspecto, a luta social por saúde pública no Brasil que se consolidou como um dos movimentos sociais mais importantes a partir da década de setenta do século passado, o Movimento Sanitário Brasileiro, se constituiu na luta por democracia social e política, contra o modelo econômico e o regime, vigentes.

Sobre a saúde e a Gestão do SUS

Priorizar a saúde significa investir naquilo que condiciona a boa qualidade de vida da população, assegurando-lhe direitos econômicos e sociais como alimentação, moradia, trabalho, renda, educação, ambientes de vida e trabalho saudáveis, segurança, transporte,

lazer, cultura, acesso e posse da terra, previdência e assistência social visando à redução de riscos de doenças e outros agravos, e ainda, garantindo o acesso universal, integral e igualitário às ações e aos serviços públicos de saúde.

Nos 20 anos de implantação e construção do Sistema Único de Saúde (SUS), o Partido dos Trabalhadores (PT) e os seus militantes estiveram entre seus principais protagonistas, participando de todas as lutas sociais em sua defesa. Apresentaram propostas em todas as Conferências de Saúde realizadas nesse período e vêm desenvolvendo inúmeras experiências bem sucedidas de implementação em gestões municipais, estaduais e nacional. O PT está presente em todas as campanhas dos movimentos sociais/sanitário em defesa da saúde, foi responsável pela proposição e lutou aprovação da Emenda Constitucional n.º 29/2000, que definiu a responsabilidade das três esferas de governo com relação ao financiamento do sistema, e foi autor do Projeto de Lei Complementar para regulamentação da EC 29 e de seus substitutivos.

Em resolução do seu 3.º Congresso Nacional, o PT reafirma sua defesa da saúde como DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO, dos princípios e diretrizes do SUS, do Pacto pela Saúde e, ainda, de que o conjunto dos serviços da saúde, públicos e privados, esteja, respectivamente, sob efetiva gestão e regulação públicas e sob a égide do interesse público. O PT defende, também, o envolvimento do conjunto da sociedade num amplo processo de participação popular no Pacto em defesa do SUS.

Embora reconhecendo os avanços reais obtidos nesse período de implementação, sabemos que o SUS precisa continuar avançando: na construção de uma gestão participativa, democrática e resolutive; na superação efetiva do modelo biomédico, neoliberal e privatista, em todos os níveis do sistema; na ampliação, universalização e melhoria da qualidade das ações e dos serviços públicos de saúde, constituindo-se em uma rede ascendente (municipal, estadual e nacional) integrada da atenção básica à média e alta complexidade; no investimento qualificado nas ações de vigilância sanitária e epidemiológica; no fortalecimento do controle social e na humanização para que o SUS se consolide como a mais efetiva política pública de inclusão social do nosso país.

Nessa direção, o PT tem muito a contribuir e participar da luta para que se dê com celeridade a transformação do SUS real para o SUS previsto na Constituição Federal, pois a saúde expressa na norma como direito de todos e dever do Estado é a concretização de um projeto social radicalmente democrático, baseado nos princípios da solidariedade social que defendemos para o país, ao contrário dos modelos que aprofundam a exclusão social e são calcados em valores individualistas e de mercado.

O SUS, como previsto na Constituição e na legislação vigente, é um modelo de reforma democrática do Estado brasileiro. Tem como princípios a universalidade, a integralidade e a igualdade no acesso às ações e aos serviços de saúde; a hierarquização da rede de serviços com porta de entrada única para o sistema; a descentralização da gestão, das ações e dos serviços; a participação da comunidade na definição da política de saúde; o financiamento solidário pelas três esferas de governo; o controle social; e a autonomia dos gestores, com gestão única em cada esfera de governo, com responsabilidade sanitária, com planos e fundos de saúde como instrumentos de gestão dos recursos orçamentários, financeiros e contábeis e com aperfeiçoamento dos mecanismos de prestação de contas. O SUS é estatal e os serviços privados de saúde têm caráter complementar, conforme estabelece a Constituição no seu artigo 199, §1.º que prescreve: “as instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos”.

Defendemos a gestão pública do Sistema Único de Saúde como consagrado na legislação brasileira vigente e rejeitamos todas as propostas de transformar a gestão do SUS nos “modelos de gestão” que se originaram a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado⁴, que aprofunda e especifica as idéias de “disciplina fiscal”, “descentralização para o mercado”, “liberalização comercial para as políticas públicas”, “flexibilização das regras de contratação de pessoal e serviços”, “Estado mínimo”, “focalização”, “regulação pelo mercado”, dentre outras. O Plano Diretor apresentou propostas para transformar a gestão de serviços de políticas públicas em Organizações Sociais (1995) e, posteriormente, em Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (1999). Defendemos a retirada de tramitação do Congresso Nacional, pelo governo federal, do PLP 92, de 2007, bem como a organização de um amplo debate sobre o fortalecimento da gestão pública do SUS, sua profissionalização e a efetiva participação dos trabalhadores e usuários na sua implementação.

Nos governos, nos quais o PT tem o cargo majoritário ou é aliado, devemos promover o mais profundo debate sobre a administração pública, respeitando os serviços e os servidores públicos, e os cidadãos/usuários. É preciso resgatar o diálogo com os trabalhadores, discutindo o seu papel na execução das políticas públicas e dos programas de governo e a proposta de negociação coletiva, implementando-os e instituindo Mesas Permanentes de Negociação do SUS, levadas a sério e resolutivas. É necessário promover as alterações legais de forma ágil e necessária para permitir a proposição de acordos coletivos sobre as condições de trabalho no serviço público e programar a sua implantação; preservar o regime de aposentadoria integral; respeitar a paridade de direitos entre servidores ativos e aposentados; aplicar os princípios e diretrizes para a Gestão do Trabalho no SUS e dos protocolos do PCCS/SUS que atendam aos trabalhadores públicos e ao interesse dos cidadãos. É dever de o Governo Petista programar e promover uma política de recuperação das perdas e garantir a reposição do poder aquisitivo e de compras dos salários em data base; respeitar as entidades sindicais de servidores; liberar dirigentes sindicais; contratar, exclusivamente, por concurso público com Regime Jurídico Único; promover a universalização do serviço público e estatal de saúde e a despreciação existente no trabalho e nos serviços, sem criar novas condições adversas.

Sobre o Governo Lula

O Setorial Nacional de Saúde do PT defende o governo Lula e seu programa de governo para a saúde, vitorioso na campanha eleitoral de 2006.

Ocupando, com destaque, o cenário político nacional, o Partido dos Trabalhadores não pode hesitar em valorizar, debater, reforçar e defender o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nosso Presidente de Honra e construtor, juntamente com milhares de companheiros no Brasil e no exterior, o partido político que vem balançando as estruturas de poder do nosso País, o PT, e melhorando, definitivamente, a qualidade de vida da maioria da população brasileira.

Ao ser eleito, o Presidente Lula recebeu de FHC uma “herança maldita” do ponto de vista econômico, social, administrativo e ético, tais como as dívidas interna e externa brasileiras estabelecidas em patamares nunca vistos antes; compromissos e relações internacionais que subjugavam o Brasil aos interesses dos países desenvolvidos, ao FMI e ao imperialismo; políticas e metas fiscais de arrocho da classe trabalhadora e da popu-

⁴ BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do aparelho de Estado e a Constituição brasileira. Brasília: MARE/ENAP, 1995.

lação mais pobre do País; um processo criminoso de privatizações e terceirizações de serviços públicos; e, principalmente, um processo de reforma do Estado que atendia aos interesses do capital e do mercado, e que engessava os gastos estatais com as políticas sociais universalizantes, contratando pessoal sem concurso público e serviços públicos com licitações flexibilizadas, transformando o controle social sobre o Estado em controle do Estado pelo mercado. Coube ao Governo Lula promover ajustes e rupturas com esse processo, mesmo tendo um Congresso Nacional conservador. Assim, o Governo Lula definiu como pontos estratégicos a defesa da estabilidade e o enfrentamento da inflação⁵; a geração de emprego; o combate à pobreza e à fome; a melhoria do padrão ético na gestão da coisa pública, com punição à corrupção e à sonegação fiscal; a reestruturação dos serviços e das políticas públicas, construídas com participação popular, dentre elas o Sistema Único de Saúde (SUS), para as quais se realizou em torno de cinquenta Conferências Nacionais, até o momento.

Houve importantes iniciativas do nosso governo para melhorar a política nacional de saúde. Além da descentralização e ampliação de ações e serviços, o investimento na formação dos profissionais de saúde, maior aproximação do Ministério da Saúde com os Estados, Distrito Federal, Municípios, com os movimentos social (gestão participativa) e sindical (Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS), resgate dos ideais da reforma sanitária, reafirmação da importância do controle social do SUS e estímulo à autonomia do Conselho Nacional de Saúde com eleição do seu Presidente entre os conselheiros de saúde, reestruturação do Ministério da Saúde de forma a unificar políticas e dar mais dinamicidade ao seu funcionamento, importante investimento em pesquisas, dentre outros.

Já no final do primeiro e no segundo mandato do Governo Lula, o PMDB passou a ser fiador da “governabilidade”, ocupando cargos e Ministérios, inclusive o da Saúde, redefinindo as equipes dirigentes e o conteúdo de políticas públicas estabelecidas nos Programas Setoriais de Governo, dando outros rumos para ações que colocariam o SUS e outras políticas de inclusão social e distribuição de renda no rumo dos avanços previstos.

É necessário que o diálogo proposto inicialmente entre o Partido e os dirigentes dos órgãos do Governo Federal seja aberto para que realizemos um monitoramento da implementação do Programa de Governo, especialmente daqueles órgãos dirigidos pelos partidos da coalizão governamental, cuja tendência a se distanciar do Programa de Governo é mais evidente.

Sobre as Eleições Municipais

A liderança política do PT nas eleições municipais de 2008 é imprescindível para a ampliação da implementação das propostas, programa de governo, planos e projetos do PT, localmente, em todo o País, e para romper com aqueles que fazem da administração pública os seus negócios particulares e patrocinam a privatização, a terceirização e o sucateamento dos serviços públicos.

O PT deve lançar candidaturas próprias em todos os municípios, ratificando as deliberações do Diretório Nacional, nas quais o Partido se posiciona de forma inequívoca contra alianças com o PSDB, o DEM e partidos fisiologistas. Além disto, estes partidos tem se posicionado na sociedade como se a saúde fosse comparada a um bem de consumo qualquer, regido pelo mercado, contrapondo-se à concepção de saúde como direito humano universal garantido na Constituição Brasileira.

A plataforma política do PT para os municípios deve incluir a colocação em prática dos

princípios e dos instrumentos de gestão do SUS e o enfrentamento com os Estados, que vem subtraindo o dever e o poder de execução das ações e serviços de saúde dos municípios, recentralizando as ações e os serviços de saúde.

Devemos eleger o maior número de prefeitos e vereadores do PT para que a gestão petista nas administrações municipais implante, retome ou aprofunde as estratégias do modo petista de governar com participação popular, planejamento estratégico e participativo, inversão de prioridades, redução das desigualdades, negociação coletiva e promoção de cursos de educação para a administração pública, dentre outros processos democráticos e participativos.

Os núcleos municipais e os petistas do setor saúde devem se organizar em grupos de trabalho, durante o processo eleitoral de 2008, para debaterem os problemas e as necessidades de saúde das suas populações e apresentarem propostas concretas, factíveis e coerentes com a administração pública e com os princípios e diretrizes do SUS, aos candidatos a prefeito, aos vereadores do Partido às eleições municipais e aos partidos aliados.

O PT tem acúmulo de elaboração de propostas e programas de governo para o setor saúde⁶, além do que, os setoriais e núcleos estaduais e o Setorial Nacional de Saúde devem acompanhar, colaborar e participar dos processos eleitorais, na medida do possível.

O texto mais recente, a cartilha “SUS, essa luta é nossa! EC 29, regulamentação já!” não foi, ainda, produzida nacionalmente. O Setorial Nacional de Saúde tem a arte final do texto e o disponibiliza para os setoriais e núcleos estaduais e municipais que queiram reproduzi-lo ou consultá-lo na elaboração de programa de governo.

Sobre a Regulamentação da Emenda Constitucional (EC 29)⁷

O Sistema Único de Saúde necessita de muito mais recursos do que os atuais para cumprir com a sua missão de garantir a saúde que o povo brasileiro necessita e merece. Para isso, é preciso que o Estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) destine mais recursos para seu financiamento com definições claras e objetivas sobre a melhor forma de aplicação dos mesmos para a qualificação da sua gestão.

Para ampliar os recursos para a saúde, é necessário regulamentar a Emenda Constitucional 29 (EC 29), definindo o montante de recursos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a ser aplicado no setor saúde; o que são gastos com “ações e serviços públicos de saúde”; os mecanismos de execução orçamentária, fluxo dos recursos nos fundos de saúde, prestação de contas, controle social, penalização do gestor que descumprir a lei, dentre outros, pois muitos governos, para “cumprirem” o percentual de investimentos que a Constituição Federal exige, incluem nestas despesas de custeio e investimento valores gastos com ações e serviços de saúde que não estão em conformidade com a resolução 322/2003 do Conselho Nacional de Saúde.

O Projeto de Lei Complementar (PLP⁸) n.º 01/2003, do ex-deputado Roberto Gouveia (PT/SP), foi aprovado na Câmara dos Deputados em 31/10/2007, com votos contrários dos partidos de oposição, inclusive dos membros da Frente Parlamentar da Saúde (da oposição, incluindo o seu presidente e o vice-presidente).

O PLP foi para o Senado Federal onde recebeu nova numeração e se transformou no Projeto de Lei Complementar (PLC) n.º 89/2007 – Complementar⁹, o qual poderia ter tido trami-

⁵ A taxa de inflação estava em 14,7% (INPC/IBGE) em 12/2002 e está em 4,5% ao ano. A taxa básica de juros acumulada no ano de 2002, medida pela SELIG foi da ordem de 19,1% e hoje está em 11,25% ao ano.

⁶ Ao final deste texto apresentamos algumas indicações e referências para estudos e para subsidiar a elaboração dos programas de governo municipais para o setor saúde.

⁷ Rezende, Conceição, Situação Atual da Regulamentação da EC 29 (avaliação provisória), abril 2008, com modificações realizadas durante o 14º Encontro do Setorial Nacional de Saúde.

⁸ É esta sigla que significa Projeto de Lei Complementar na Câmara dos Deputados.

⁹ É assim que o Senado Federal identifica um Projeto de Lei Complementar que teve origem na Câmara dos Deputados.

tação conjunta com o Projeto de Lei Complementar (PLS) 121/2007 – **Complementar**¹⁰, do senador Tião Viana. Por um substitutivo do relator, ambos os projetos poderiam ter sido aprovados no plenário do Senado, sem prejuízo, no mérito, de nenhum dos dois projetos. Mas o Senado Federal rejeitou o requerimento de tramitação conjunta. O PLP contém medidas regulatórias importantes sobre os gastos com saúde que o PLS não contempla.

No dia 9 de abril/2008, o Senado Federal aprovou o PLS 121/2007, conforme aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com uma subemenda de Plenário, propondo que a União aplique, anualmente, no mínimo, 10% de suas receitas correntes brutas em saúde, dentre outros dispositivos, sendo que alguns são muito preocupantes.

Listamos abaixo, as principais preocupações:

Quanto à aprovação pelo Senado do montante de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde: o Senado rejeitou a CPMF; o Plano Plurianual e o Orçamento da União para 2008 estão aprovados; o Governo Lula vem demonstrando se esforçar para investir prioritariamente nas áreas sociais, todas sucateadas nos últimos governos e possuem demandas e necessidades reais de aumento de recursos. O Governo Lula criou condições para que esse montante fosse possível, quando propôs a destinação de 100% dos recursos da CPMF para saúde, o que a oposição rejeitou. Pode acontecer que haja um impasse caso o Senado não negocie com o Governo o montante de recursos a ser aprovado para a saúde ou não aprovar novas fontes de recursos para o financiamento do setor.

O CONFAZ (Conselho de Secretários de Estado da Fazenda) apresentou memorial com posição contrária à Resolução do Conselho Nacional de Saúde que estabeleceu o que são “ações e serviços públicos de saúde” para efeito de prestação de contas pelos gestores do SUS e o CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde dos Estados) realizou campanha junto aos senadores para assegurar um novo parcelamento da meta de destinação dos 12% das receitas dos Estados e 12 e 15% das receitas do Distrito Federal para ações e serviços públicos de saúde e para dividir em cotas as “futuras” dívidas pelo não cumprimento do parcelamento previsto. O Senado Federal não só acatou a demanda dos Estados e do Distrito Federal como a ampliou para os Municípios. Ou seja, na hipótese da União aportar os recursos novos para a saúde, os mesmos serão anulados pela “retirada”, pelo Senado, dos “novos recursos” que seriam aportados pelos estados, Distrito Federal e Municípios.

O Senado Federal não demonstrou querer um aumento real de recursos para a saúde da população! Aprovou mais um parcelamento para mais quatro anos (2008 a 2011) para os Estados, Distrito Federal e Municípios que **NÃO CUMPRIRAM** a meta de atingirem o gasto com saúde de 12 e 15% de suas receitas, respectivamente, até o ano de 2004 e nem cumpriram até 2008. O Senado está premiando os inadimplentes em detrimento dos entes federados que se esforçaram para cumprir a Constituição Federal (EC 29) e priorizaram a saúde pública! Com todas essas manobras os Estados, Distrito Federal e Municípios “inadimplentes”, conseguem uma “carência”, como se fossem planos privados de saúde, de 12 anos, no mínimo, e ainda, propõem dividir em cotas, “dívidas futuras”, caso não cumpram a EC 29.

Enquanto o PLP (Câmara) propõe que, “no caso do descumprimento dos percentuais mínimos pelos Estados, Distrito Federal ou Municípios, o Tribunal de Contas da União proporá a retenção de recursos em conformidade com o inciso II do parágrafo único do art. 160 da Constituição Federal, **no exercício subsequente à apuração da diferença, para a entrega dela ao fundo de saúde correspondente**”, o PLS (Senado) propõe que o “**condicionamento da entrega**” de recursos poderá ser feito no exercício seguinte àquele em que

houver o descumprimento da aplicação dos valores correspondentes aos percentuais mínimos. E mais: que “o valor correspondente à parcela do percentual mínimo que deixou de ser aplicada no exercício anterior poderá ser dividido em cotas”. A compreensão do Senado é de que quem deve financiar a saúde é a União. Com essa medida, a tendência é produzir mais um passivo na saúde (como na gestão do trabalho em saúde) que tomará toda a atenção de gestores, trabalhadores, parlamentares, prestadores de serviços, usuários, entidades da sociedade civil e não da qualificação da saúde pública.

O Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), identifica que 20 Estados brasileiros não cumprem a EC 29 (não gastam 12% de suas receitas com saúde), desde 2004, quando deveriam fazê-lo. Além disso, outros levantamentos mostram que os Estados de um modo geral e mais de mil municípios não depositam 100% dos recursos destinados à saúde nos respectivos fundos de saúde. A maioria deposita no fundo de saúde somente os recursos repassados da União.

Na regulamentação da EC 29 o Congresso Nacional tem uma rara oportunidade de instituir, definitivamente, o funcionamento adequado dos Fundos de Saúde, conforme previsto na EC 29, instituindo penalidades para quem não o fizer, para não deixar que os gestores fiquem, eternamente, em busca de “alternativas de gestão para melhorar a autonomia dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS)”.

Diante do exposto, existem as seguintes alternativas:

1. Quando o PLS 121/2007 (do Senado) chegar à Câmara dos Deputados, esta poderá APROVÁ-LO como está. Neste caso, a Câmara dos Deputados perde todo o trabalho de construir o mérito do PLP 01/2003, o atual PLC n.º 89/2007 – Complementar e o dispositivo que estabelece os gastos mínimos da União em 10% das receitas correntes brutas poderá ser sancionado pelo Presidente, ou vetado, no caso de inviabilidade econômica.
2. Quando o PLS (do Senado), chegar a Câmara dos Deputados, esta poderá APRESENTAR EMENDAS ou um SUBSTITUTIVO GLOBAL, considerando a definição do montante de recursos a serem destinados à saúde pela União, negociado com o Governo, mais os dispositivos de gestão e controle dos recursos que já foram aprovados no PLP. Neste caso, corre-se o risco do Senado REJEITAR o Substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados, sob pressão da direção da Frente Parlamentar da Saúde.
3. Quando o PLS (do Senado) chegar à Câmara dos Deputados, esta poderá REJEITÁ-LO. Neste caso, o Senado, caso queira aprovar a regulamentação da EC 29, terá que votar o PLC n.º 89/2007 – Complementar (já aprovado na Câmara dos Deputados), o qual voltaria para a Câmara para 2ª e última votação.

À parte a oposição ao governo, os jogos de cena da “má” política e a vaidade reinante pela paternidade da regulamentação da EC 29, o PT exige a sua regulamentação, conforme campanha realizada em 2007, e que os recursos novos dela resultantes sejam destinados a: garantir a implantação imediata de sistemas de informação e comunicação adequados aos interesses dos usuários do SUS, com o objetivo de facilitar o acesso às ações e serviços e a regulação do sistema; promover o acesso às políticas de atenção universal e integral, sem discriminação de qualquer natureza, considerando as diferenças epidemiológicas, sociais e regionais, com gestão pública qualificada e democrática, com participação popular e controle social; implementar o Pacto pela Saúde; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Saúde; promover a humanização da atenção e das relações entre gestores, trabalhadores e usuários; desprecariar o trabalho e implantar os Planos de Carreira, Cargos e Salários do SUS, com pisos nacionais de salários conforme a escolaridade dos seus profissionais.

¹⁰ É assim que se denomina o Projeto de Lei Complementar que tem origem no próprio Senado Federal.

Bandeiras de Lutas aprovadas para o próximo período:

1. Defender intransigentemente o SUS, seus princípios e suas diretrizes;
2. Defender o financiamento adequado do SUS pelas três esferas de governo, por meio da regulamentação da EC 29, nos termos do PLP 01/2003, já aprovado pela Câmara dos Deputados, com definição do montante de recursos a serem aplicados pela União negociados com o governo;
3. Defender, na regulamentação da EC 29 e na Reforma Tributária, a criação de novas fontes de recursos para assegurar o financiamento adequado e permanente para a saúde por meio de uma contribuição exclusiva para a saúde, a exemplo da CPMF; de um aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para a saúde; da tributação das grandes riquezas, fortunas e latifúndios, do tabaco e das bebidas alcoólicas; de taxação sobre a movimentação interbancária; de um percentual dos **royalties** do petróleo e da mineração; e, de percentual do lucro das empresas automobilísticas, estas, também responsáveis por um produto que gera graves problemas de saúde pública, poluição ambiental e, conseqüentemente, muitos gastos públicos;
4. Contribuir para o fortalecimento da participação popular e do Controle Social do SUS, respeitando as deliberações das Conferências e Conselhos de Saúde, e, para a liberdade e a autonomia dos segmentos dentro das conferências e dos conselhos de saúde;
5. Defender a discussão sobre a geração de tecnologia e insumos para a saúde e a incorporação tecnológica no SUS, com investimento no desenvolvimento de inovações e tecnologias sociais;
6. Defender o ensino e a pesquisa voltados às necessidades do SUS;
7. Defender a gestão estatal do SUS e o fortalecimento do papel do Estado na prestação de serviços de saúde;
8. Lutar para que o SUS não seja administrado por gestores e **gerentes**¹¹ que não possuam dedicação exclusiva ao sistema público de saúde;
9. Defender a valorização do trabalhador da saúde, com a implementação da Política Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (NOB/RH/SUS), aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde;
10. Defender o ingresso no serviço público por concurso público com Regime Jurídico Único;
11. Radicalizar na defesa da atenção à saúde mental, inclusive das crianças e adolescentes, fundada na produção da autonomia e da cidadania ativa dos indivíduos e coletividades, promovendo o engajamento dos petistas nesta luta;
12. Defender a educação permanente na saúde como espaços de construção do conhecimento e troca de informações entre trabalhadores, gestores, instituição de ensino e controle social para a qualificação do serviço público e da saúde da população;
13. Defender uma política de assistência farmacêutica no SUS, com responsabilidade pública pela produção e pesquisa de insumos e medicamentos, com incentivo financeiro por parte do Estado para assegurar o acesso universal e uso racional desses produtos;
14. Defender a implementação descentralizada da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados;
15. Defender e apoiar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS;

16. Defender a descriminalização do aborto;

17. Apoiar e divulgar a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS, elaborada e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde – CNS;

18. Apoiar e divulgar a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa – ParticipaSUS, que fortalece as instâncias de controle social e os mecanismos de ausculta da população, bem como o monitoramento e a avaliação da gestão e aplicação dos recursos públicos.

19. Defender a ética, a democracia e a transparência na administração pública e nas entidades e instituições da sociedade civil.

Proposta de temas para a realização de Seminários e Debates

1. O financiamento da saúde e as novas fontes de recursos: CPMF, IOF, bebida, cigarro, petróleo e na reforma tributária, etc.;
2. Modelo de gestão do SUS e as diferentes figuras jurídicas na gerência de serviços do SUS, tanto na administração direta, indireta e no terceiro setor (entidade filantrópica, OS, OSCIP, Fundação Pública de Direito Privado, etc.);
3. A educação na saúde como estratégia de reformulação do modelo de formação para atender as necessidades do SUS;
4. O papel do Estado na gestão e na prestação de serviços no SUS;
5. A descriminalização do aborto;
6. As relações de trabalho na saúde e no SUS;
7. A saúde dos povos (indígenas, do campo, da floresta, sem terra, quilombolas, GLBT, população em situação de rua, ciganos, etc.);
8. Biotecnologia, inclusive a produção e utilização de células tronco, e a incorporação tecnológica na saúde;
9. Possibilidades de ações multissetoriais no PT;
10. A violência em seus vários aspectos (com a criança e o adolescente, a mulher, de raça, nos serviços públicos, nas prisões, homofobia, etc.);
11. Saúde Suplementar;
12. Previdência complementar e planos privados no SUS;
13. Legalização das drogas no Brasil.

Algumas referências para a Elaboração de Programa de Governo¹²:

1. Partido dos Trabalhadores, Setorial Nacional de Saúde, Diretório Nacional, Saúde: Um Programa Petista para o Município, Cartilha da Série Roteiro & Dicas, eleições municipais de 2000.
2. Partido dos Trabalhadores, Lula Faz Bem à Saúde do Brasil, Programa de Saúde para o Governo Lula, elaborado pelo Setorial Nacional de Saúde do PT, Rio de Janeiro, agosto de 2002.
3. Partido dos Trabalhadores, Setorial Nacional de Saúde, Diretório Nacional, O Modo Petista de Fazer Eleições 2004 – Saúde, 2004.
4. Partido dos Trabalhadores, Coordenação da Campanha Eleitoral 2006: Lula de Novo com a Força do Povo, Programa de Ação Governamental, Comissão Temática de Saúde, agosto de 2006.
5. Partido dos Trabalhadores, Secretarias Nacional de Movimentos Populares, Comunicação, Assuntos Institucionais, Setorial Nacional de Saúde, Cartilha: SUS, Essa luta é nossa! EC 29, regulamentação já!, julho de 2007.

¹¹ § 4º do Art. 24 da Lei n.º 8.080/90: “Aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados é vedado exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde (SUS).”

¹² Solicitar cópia por meio eletrônico para Conceição Rezende, no e.mail conceimg@uai.com.br .

Coletivo Eleito

Coordenadora: Conceição Aparecida Pereira Rezende – MG/DF

Membros Efetivos:

- Antônio Alves de Souza – Distrito Federal
- Dr. Rosinha – Paraná
- Eliane Aparecida da Cruz – São Paulo
- Ercindo Mariano Júnior – São Paulo
- Geraldo Magela Salvado – Distrito Federal
- Haroldo Jorge de Carvalho Pontes – Ceará
- Leonel Alves do Prado (Plínio) – Rio Grande do Sul
- Maria Aparecida A. Godói Faria – São Paulo
- Nelci Dias da Silva – Rio Grande do Sul
- Roberto dos Santos – Minas Gerais

Membros Suplentes:

- Francisco de Assis Silva (Chiquinho) – São Paulo
- José Dias Júnior – Sergipe
- Solange Belchior – Rio de Janeiro



8. Setorial de Transporte

Tese Aprovada no Encontro Setorial Nacional de Transporte

Transportes para o Desenvolvimento Sustentável com Inclusão Social

Geral:

Mobilidade Urbana:

O conceito de mobilidade urbana em si é novo para o governo federal e para a maioria das cidades brasileiras, resultando na necessidade de aprofundamento das discussões para sua consolidação e implementação. A incorporação da dimensão ambiental na sua formulação coloca o país em sintonia com as discussões mundiais e proporciona nova oportunidade de reflexão sobre o processo de formação das cidades e os mecanismos de exclusão social. Em relação à política de mobilidade, três tipos de exclusão podem ser facilmente identificados. O primeiro é a exclusão daqueles que não podem pagar pela tarifa de ônibus ou não tem acesso à rede de transporte público. O segundo tipo é composto pelos pedestres e ciclistas, que na maioria das vezes não são considerados nos projetos urbanos, e o terceiro tipo é a exclusão das pessoas com deficiência e idosos. Esta nova abordagem preconiza a democratização do espaço público, a acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos e a promoção do direito à cidade. Trata-se de refletir sobre o modelo de cidade que estamos diariamente construindo, que se manifesta no planejamento urbano e no desenho da cidade, que dá suporte ao modelo de mobilidade baseado nos modos individuais e motorizados de transporte. A análise conjunta de todos os aspectos que condicionam a circulação das pessoas nas cidades é fundamental para se compreender a mobilidade urbana e seu papel para o desenvolvimento local. Uma política de mobilidade que se proponha a enfrentar os problemas urbanos já apontados deve ter como objetivo reversão do atual modelo de mobilidade que predomina nas cidades brasileiras, integrando-a aos instrumentos de gestão urbanística, subordinando-a aos prin-

cípios da sustentabilidade ambiental e voltando-a para a inclusão social. Sua implementação envolve o reconhecimento dos meios não motorizados de transporte e priorização efetiva dos modos coletivos. A ação do governo local deve considerar também a redução dos impactos ambientais através da utilização de novas fontes energéticas renováveis ou menos poluentes no transporte público; a alteração dos fatores que geram a necessidade de viagens motorizadas ou influenciam a escolha do modo de transporte por parte das pessoas. Devem ser acompanhados também os efeitos negativos sobre a saúde da população.

Transporte Nacional:

O desenvolvimento do setor de transportes está baseado na inclusão social e a coesão econômica; no uso eficiente e equilibrado no espaço e no tempo dos recursos comuns na sociedade; e na regulação pública para assegurar aos usuários, sem distinção, a prestação dos serviços públicos de qualidade. Cabe ao Estado coordenar, organizar e promover as diretrizes básicas para o desenvolvimento da infra-estrutura e dos serviços de transportes de passageiros e cargas, de forma a promover o equilíbrio da matriz de transportes, incentivando a intra e a intermodalidade para maior integração do sistema.

O setor de transportes enquanto setor fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável, o equilíbrio econômico, deverá receber parte dos investimentos produtivos para potencializar o fornecimento de insumos e serviços básicos para os setores primário, secundário e terciário. Os investimentos em infra-estrutura econômica e em particular para os transportes, é que poderá dar suporte ao desenvolvimento regional e sustentável. Um sistema de transportes bem equilibrado e distribuído pelo país é que possibilitará o desenvolvimento social, com o fortalecimento do mercado interno, o comércio externo e a integração sul-americana com efetiva articulação de nossas economias por meio de políticas industriais, agrícolas e de ciência e tecnologia.

A integração regional através de um sistema eficiente e eficaz de transportes será a base para a promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social.

1. Diretrizes para a Mobilidade Urbana

1.1 Transporte e Inclusão Social:

- a) Barateamento das tarifas: Buscar mecanismos de financiamento / redução das tarifas de transporte coletivo urbano;
- b) Defesa do vale-transporte: Defesa do vale-transporte como mecanismo histórico de financiamento do transporte coletivo urbano, com controle social
- c) Promover a integração multimodal, físico e tarifário com redução do custo tarifário.
- d) Atuar em todos os níveis da federação para garantir a priorização do transporte público coletivo nos programas e ações da mobilidade urbana.
- e) Promover a acessibilidade universal como bandeira da mobilidade urbana
- f) Promover a priorização dos modos não motorizados da mobilidade urbana, garantindo programas e infra-estrutura adequadas para pedestres e ciclistas;
- g) Promover iniciativas de financiamento para o transporte de massa de alta capacidade a partir da cobrança de estacionamento público regulamentado (zona azul) ou por meio do pedágio urbano.

1.2 Investimentos:

- a) Liberação dos investimentos para o poder público. Liberação de recursos para de linhas de crédito para municípios e estados para investimento em infra-estrutura de mobilidade urbana.
- b) Investimentos de R\$ 2 bilhões por ano em transporte público Liberação de recur-

sos federais, principalmente da CIDE, para o setor de transporte público.

c) Condicionamentos dos investimentos a critérios de eficácia e eficiência.

d) Promover a priorização dos investimentos dos governos federal, estaduais e municipais em transportes de massa.

1.3 Institucionalização:

- a) Trabalhar para a sua aprovação e implementação do PL da Mobilidade: Encaminhado ao Congresso Nacional.
- b) Atuar no sentido de se criar proposta de gestão metropolitana, de forma consorciada, que articule as diferentes esferas de governo envolvido.
- c) Promover medidas restritivas ao uso do automóvel em prol do transporte público e não motorizado;
- d) Trabalhar pela mudança da lei 8.693 que extingue a CBTU, após a regionalização de suas superintendências.

1.4 Trânsito:

- a) Promover ações para garantir que os recursos arrecadados das multas do FUNSET e DPVAT, sejam aplicados em investimentos para a redução do número de acidentes de trânsito
- b) Atuar de forma a promover a revisão do Código de Trânsito Brasileiro, visando o fim da impunidade nos crimes de Trânsito e ampliar a punição aos infratores.
- c) Promover campanhas educativas para redução de acidentes mediante recursos específicos (FUNSET e DPVAT).
- d) Empenhar esforços no sentido de promover a educação no Trânsito, nas escolas de nível fundamental e médio de ensino público e privado.

2. Diretrizes para o Transporte Nacional:

2.1 Agências Reguladoras:

Promover uma discussão sobre a Lei Geral das Agências e apresentar um substitutivo levando em conta uma rediscussão do papel das agências sem confundir com as atribuições específicas do Poder de Estado, a transparência na gestão, garantia do interesse público e controle social; como também uma discussão sobre o marco regulatório da infra-estrutura e serviços de transporte.

Submeter as propostas de alterações de fretes e tarifas, avaliados pela Agência, para aprovação do ministério vinculados.

2.2 Ministério dos Transportes (MT) e Secretaria Especial de Portos (SEP):

Subsidiar os órgãos formuladores e coordenadores da execução das políticas de transportes com o planejamento sistemático do setor de transportes, mediante a instituição de órgão de planejamento, articulando as ações dos demais ministérios intervenientes na política de transporte, suprimindo as ausências da Empresa Brasileira de Planejamento dos Transportes – GEIPOT.

2.2.1 Rodovias:

- a) Promover um maior número de audiências públicas, sobre as concessões rodoviárias;
- b) Promover um comparativo entre as obras definidas e pactuadas como prioritárias no início dos contratos de concessões existentes com o que realmente foi executado, tornando pública essa informação;

- c) Promover ações junto ao Ministério dos Transportes para a adoção prioritária de contratos de conservação, recuperação e manutenção de rodovias com cláusulas de avaliação e desempenho.

2.2.2 Ferrovias:

- a) Fortalecer o Plano de revitalização das ferrovias, em específico no que se refere à desocupação da faixa de domínio, às transposições em nível e ao programa de Resgate dos Transportes Ferroviários de Passageiros,
- b) Incentivar a retomada de fabricação de trilhos, locomotivas, e veículos ferroviários de passageiros, através de benefícios fiscais, a exemplo do que foi concedido para o reaparelhamento dos Portos Nacionais.
- c) Incentivar a implantação de trens regionais de passageiros, objeto do convênio assinado entre os Ministérios dos Transportes e Cidades, BNDES, CBTU e ABIFER.
- d) Promover esforços no sentido de implantar e operar transportes de cargas e passageiros de finalidade social e que visem o desenvolvimento regional, sem interesse da iniciativa privada;
- e) Promover a auditoria dos contratos de concessão redefinindo as contrapartidas e os valores não pagos;
- f) Lutar pela aprovação da reestruturação e reorganização da VALEC (aprovação da MP 427);
- g) Acompanhar as ações para implantação do sistema de transportes ferroviário de Alta Velocidade (ligação Rio/Campinas/São Paulo).

2.2.3 Portos:

- a) Promover a criação de um Conselho Nacional Democrático com participação tripartite, envolvendo representações do Governo Federal, Iniciativa Privada e Trabalhadores, em substituição ao Grupo Executivo para Modernização dos Portos - GEMPO;
- b) Promover a revisão dos convênios de delegação dos portos.
- c) Promover ações buscando vetar a mudança da presidência dos CAP's para a SEP/PR e a autorização para terminais privativos de representantes sem carga própria.
- d) Promover debates em todos os estados da federação, buscando manter o controle dos portos, sob o domínio da União, contra a proposta de privatização dos Portos Públicos.

2.2.4 Hidrovias:

- a) Promover esforços imediatos para conclusão das eclusas de Tucuruí e Lageado;
- b) Promover políticas que visem à construção de eclusas concomitantemente à construção de Usinas Hidrelétricas e barragens, de forma a viabilizar a navegação fluvial.
- c) Promover e incentivar a navegação interior e de cabotagem, no que concerne aos transportes de cargas e passageiros, através do desenvolvimento de projetos e construção de navios e embarcações, adequados a cada necessidade;
- d) Promover ações junto ao Ministério dos Transportes e Ministério do Turismo, no sentido de ampliar e modernizar o transporte fluvial de cargas e passageiros;
- e) Atuar no sentido de se constituir uma regulamentação adequada para o transporte hidroviário de passageiros;
- f) Promover a expansão dos transportes hidroviários desde que observadas as restrições e o equilíbrio socioambiental.

2.2.5 Segurança nos Transportes:

- a) Promover e incentivar campanhas e ações efetivas do Programa de Segurança nas Rodovias Federais – PARE, do Ministério dos Transportes, buscando a integração das ações desenvolvidas pelo DNIT, ANTT e Polícia Rodoviária Federal, objetivando a redução de acidentes e mortes no trânsito das rodovias federais, estendendo essas ações aos demais modais, buscando a segurança, conforto e confiabilidade nos transportes;
- b) Promover ações junto ao Ministério da Justiça, visando retomar o policiamento das estradas de ferro da União, por meio da reestruturação e implantação da Polícia Ferroviária Federal, estabelecido na constituição federal de 1988;
- c) Promover ações junto ao Ministério da Defesa visando qualificar o policiamento e o controle da navegação e embarcações (autoridade marítima e fluvial), por meio da implantação da Polícia Aquaviária Federal

3. Atuação do Setorial Nacional Transportes:

- a) Desenvolvimento de atividade de planejamento estratégico para o Setorial de Transportes do PT, e a inserção de suas ações junto à Bancada Parlamentar Federal e Diretório Nacional do PT;
- b) Realização de seminários regionais, preferencialmente nos estados onde existe o setorial estadual organizado;
- c) Definir um calendário de reuniões periódicas;
- d) Participação nas reuniões do Diretório Nacional (DN);
- e) Realizar reuniões com os setoriais nacionais organizados, a fim de elaborar propostas de ações em conjunto (redução de acidentes, acessibilidade universal ao transportes públicos, meio ambiente etc.)

Temas a serem aprofundados (em conjunto com os outros Setoriais):

- a) Barateamento das tarifas (inclusão social);
- b) Discutir as gratuidades;
- c) Subsídio;
- d) Licitações;
- e) Exploração Pública x Privada dos sistemas de transportes de cargas e passageiros;
- f) Financiamento público dos transportes de alta capacidade, os ganhos sociais e ambientais, complementares à arrecadação tarifária;
- g) Alteração da matriz de transportes por meio de financiamento advindo de taxas, impostos e pedágios aplicados no modal rodoviário
- h) Acessibilidade universal;
- i) Financiamentos para o Poder Público;
- j) Redução de acidentes de trânsito;
- k) Descontingenciamento do FUNSET e do DPVAT;
- l) Atuação do Ministério das Cidades (DENATRAN).
- m) Política de mobilidade urbana (todos os modos, matricialidade);
- n) Controle social do transporte

Coletivo Eleito

Coordenador: Edson Dias Gonçalves – São Paulo
Secretaria Geral: Lúcia Mendonça – Santa Catarina

Membros Titulares:

- Afonso Carneiro Filho – Minas Gerais
- Cirano Lopes de Oliveira – Pernambuco
- Eduardo Pacheco – São Paulo
- Evaristo Almeida – São Paulo
- Francisco Maciel – Minas Gerais
- Clóvis Granado – Goiás
- Renato Boareto – São Paulo
- Rômulo Orrico Filho – Rio de Janeiro
- Socorro Pirâmides – Minas Gerais
- Tânia Regina Ferreira – Rio de Janeiro

Membros Suplentes:

- Alexandre Lara – São Paulo
- Aílton Azevedo – São Paulo
- Eduardo Guterra – Distrito Federal
- Gislene Gonçalves – Minas Gerais
- José de Fátima – Minas Gerais
- Luiz Cosenza – Rio de Janeiro
- Marlene Furino – São Paulo
- Olmo Xavier – Goiás
- Valmir de Lemos (Índio) – Rio de Janeiro
- Antônio Carlos Soares – Rio de Janeiro



9. Núcleo Setorial Agrário

No III Congresso Nacional do PT foi aprovada a criação da Secretaria Nacional Agrária do PT, ou seja, além de rearticular o núcleo setorial, o mesmo, em tendo quorum e realizando seu encontro nacional, teria o status de Secretaria e seria desvinculada da Secretaria Nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais do PT.

Em maio aconteceu o encontro, porém, como não houve quorum da Secretaria Agrária em, no mínimo 7 estados, como previa o estatuto do partido, a mesma não pode ser constituída.

Foi criado, então, um Núcleo Setorial Agrário e segue abaixo a documentação do encontro.

Tese Aprovada no Encontro Setorial Nacional Agrário

O PT reafirma a centralidade da reforma agrária no projeto de desenvolvimento do Brasil, como condição fundamental para a geração de trabalho, distribuição de renda, democratização da sociedade, promoção da justiça no campo, ocupação equilibrada do território e para o uso sustentável dos recursos naturais.

O PT propõe a todas as forças democráticas e populares a construção de uma ampla transformação no mundo rural, como parte constitutiva de um novo modelo de desenvolvimento nacional com justiça social e soberania. Esse caminho passa pela democratização do acesso e da posse da terra, pela afirmação do princípio da função social da propriedade, o fortalecimento da agricultura familiar, dos assentados da reforma agrária e das comunidades rurais tradicionais, a soberania territorial, a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental, a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia. O modelo agrário historicamente implantado no Brasil baseia-se na grande propriedade monocultora, que degrada os recursos naturais e submete à força de trabalho à condições desumanas, degradantes e ao trabalho escravo. Esta estrutura fundiária, marcadamente latifundiária, é geradora de relações sociais, econômicas e políticas injustas, de-

iguais e autoritárias. A modernização conservadora do campo promovida pelo regime militar, por meio de fartos subsídios públicos para estimular a mecanização e o uso de intensivo agroquímicos e outras tecnologias, gerou o aumento da concentração fundiária e da pobreza no campo e forçou o êxodo rural, que acabou por alimentar um processo de urbanização caótico. Na fase atual, em que o velho latifúndio se apresenta como “agronegócio”, o modelo agrícola é fortemente influenciado pelas grandes empresas transnacionais da agricultura, que controlam a cadeia produtiva, desde as sementes - muitas delas transgênicas - até a industrialização e a distribuição.

Esse quadro pode se agravar com a ampliação desregulada da produção de etanol. No padrão atual, essa produção é realizada em grandes propriedades monocultoras de cana-de-açúcar, sendo que a maior parte delas oferece condições de trabalho desumanas e degradantes e causam imenso prejuízo a biodiversidade. A expansão pode resultar no aumento da compra de indústrias e de terras por empresas estrangeiras (desnacionalizando ainda mais o país), aumentar a concentração fundiária, desestruturar regiões de concentração da agricultura familiar, impactar a produção de alimentos e pressionar a expansão da fronteira com graves consequências ambientais. Não podemos repetir erros do passado. A produção de etanol deve ser objeto de regulação pelo Estado, com a restrição de áreas de plantio, implementação de efetivo zoneamento climático-sócio-ambiental, exigência do cumprimento da função social da propriedade, estabelecimento de condicionantes para acessar financiamento público.

A concentração da propriedade da terra sustenta-se, também, nas situações de ilegalidade e instabilidade jurídica que permitiram que milhões de hectares de terras públicas e devolutas fossem griladas e banhadas com o sangue dos que ali habitavam. Estima-se que milhares de pessoas trabalham em regime de escravidão em nosso país, parte desses trabalhadores encontram-se em carvoarias ilegais localizadas na região amazônica. Outro dado alarmante da barbárie capitalista rural pode ser verificado no número de assassinatos, tentativas de assassinatos, feridos e prisões no campo.

A resistência camponesa, negra, indígena e popular tem marcado a história nacional. Os trabalhadores e trabalhadoras sempre lutaram para mudar a estrutura latifundiária. Eles reivindicam a democratização do acesso e da posse da terra e a extensão da cidadania a população do campo. Por essa razão, as organizações e movimentos sociais no campo foram e seguem sendo importantes agentes da construção da democracia brasileira. Suas lutas são legítimas e necessárias. As ocupações de terras improdutivas ou griladas representam o principal método de luta das organizações camponesas no Brasil e na América Latina. Essas ocupações tem seu fundamento no direito a vida, a alimentação, a moradia e, sobretudo, na função social da propriedade, nos termos previstos pela Constituição Federal. A maioria dos assentamentos rurais atualmente existentes foi conquistada por meio das lutas camponesas, em especial, por meio das ocupações.

O Poder Judiciário tem representado um importante obstáculo a reforma agrária. Setores predominantes desse Poder tratam com pesos diferentes as ações judiciais envolvendo a luta pela terra: impunidade frente a violência, agilidade para julgar ações penais contra as lideranças dos movimentos sociais e lentidão para apreciar as ações de desapropriação e de retomada de terras que estão nas mãos de grileiros.

O problema agrário brasileiro foi agravado durante a era FHC. O projeto neoliberal significou o sucateamento do INCRA, o desmonte do sistema nacional de assistência técnica e a criminalização dos movimentos sociais, cuja principal expressão foi a edição da “MP das Invasões”. O “Novo Mundo Rural” que o governo FHC projetava para o país estava na contramão das aspirações populares, ate porque mantinha inalterada a estrutura latifundiária.

A eleição de Lula representou uma inflexão no tratamento dado a questão agrária pelo governo brasileiro. O II Plano Nacional de Reforma Agrária buscou expressar uma abordagem contemporânea, em que mudança da estrutura fundiária com a conquista do direito a terra associa-se à segurança e soberania alimentar, à promoção da igualdade de gênero, a conservação da biodiversidade, como elementos constitutivos de um novo padrão de desenvolvimento. Além disso, os recursos destinados a aquisição de terras foram ampliados significativamente, os valores direcionados ao financiamento da agricultura familiar saltaram de R\$ 2,3 bilhões, em 2002, para R\$ 12 bilhões, em 2007, iniciou-se um processo de recuperação do INCRA, avançaram as ações de reforma agrária na Amazônia e os programas de educação do campo, foram criadas políticas públicas voltadas ao aumento da qualidade dos assentamentos de reforma agrária, a promoção da igualdade de gênero e reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas. Além disso, o governo interditou o processo de criminalização provido por FHC e manteve um permanente e solidário diálogo com os movimentos sociais no campo, inclusive na elaboração e implementação das políticas públicas. Essas e outras ações tornam a reforma agrária do governo Lula muito superior a dos demais governos.

No entanto, esses avanços são insuficientes para alterar a estrutura fundiária concentradora e injusta e impulsionar um novo modelo de desenvolvimento rural. A reforma agrária ainda não foi reconhecida pelo governo como política pública central para o desenvolvimento do país e da democratização da sociedade. O modelo do agronegócio continue hegemônico, tendo sido beneficiado por crescentes volumes de crédito e seguidas renegociação de dívidas. Verifica-se ainda alguns retrocessos, como a liberação comercial dos transgênicos e o estímulo as transnacionais papeleiras, que espalham o “deserto verde”.

Para modificar a matriz econômica, social e política brasileira a reforma agrária precisa ser massiva e ampla e democratizar a estrutura fundiária em todas as regiões do país. Temos que superar a hegemonia do agronegócio e constituir um novo modelo de desenvolvimento, calcado na democratização da terra, na soberania alimentar, na sustentabilidade ambiental, na promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, na produção para o mercado interno e no fortalecimento da agricultura familiar.

Reforma agrária pressupõe desconcentrar a propriedade da terra, alterando a estrutura fundiária que atualmente mantém 46,8% da área registrada nas mãos de 1,6% dos proprietários e tornar produtivos os 133 milhões de hectares de terras improdutivas. Pressupõe-se também garantir o cumprimento da função social da propriedade e limitar o tamanho máximo da propriedade, razão pela qual o PT apóia a campanha promovida pelo Fórum Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Justiça no Campo pela limitação do tamanho da propriedade. Pressupõe ainda retomar amplas parcelas do território que atualmente se encontram nas mãos de grileiros e destiná-las ao assentamento de trabalhadores sem-terras, bem como reconhecer e titular as terras de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Os imóveis rurais que não cumprem a função social precisam ser destinados a reforma agrária. A função social somente é atendida quando a terra produz, utiliza racionalmente os recursos naturais, respeita a legislação que regula as relações de trabalho e assegura o bem-estar daqueles que nela trabalham. A propriedade que atenda aos índices de produtividade, mas que não respeite o meio ambiente e a legislação trabalhista, também deve ser destinada a reforma agrária. Urge ainda atualizar os índices de produtividade, fixados com base em dados da década de 1970, para que se possa via-

bilizar o instrumento da desapropriação, priorizando, inclusive, as famílias acampadas. Os proprietários que praticam o trabalho escravo e degradante devem ser submetidos a legislação penal e impedidos de acessar recursos públicos, sendo que seus imóveis devem ser expropriados, sem indenização, e destinado aos assentamentos. Por esse motivo, o PT e o governo Lula devem trabalhar para que o Congresso Nacional aprove imediatamente a PEC que determine a expropriação da propriedade onde for constatado trabalho escravo.

O país precisa redefinir o marco legal da reforma agrária para que ela possa ter a dimensão e magnitude necessária: criar novas linhas de crédito especial para os beneficiários da reforma agrária, inclusive, as comunidades tradicionais; aprofundar o fortalecimento institucional do INCRA; promover a desburocratização do processo administrativo e judicial da desapropriação; aumentar os recursos orçamentários para a reforma agrária; e implementar uma política que universalize a educação no campo. Além disso, precisamos ampliar a capacidade do Estado de regulação do desenvolvimento rural, em especial, a regulação da ocupação do território, das atividades agropecuárias e agroindustriais e de gestão dos recursos naturais.

O PT deve lutar para que o Congresso Nacional deixe de ser instrumentalizado pelos ruralistas para travar a Reforma Agrária e criminalizar os movimentos sociais do campo, lutando para aprovar a PEC que expropria propriedade onde for constatado trabalho escravo, para aprovar os projetos que impedem a concessão desordenada de liminares em ações possessórias e as proposições que agilizam os processos administrativos e judiciais de obtenção de terras.

Os delegados e delegadas do III Congresso do PT reafirmam que a reforma agrária representa uma das mais importantes bandeiras políticas do PT. Por essa razão, a militância do PT presente nas lutas sociais e na institucionalidade deve atuar na mais variadas frentes para construir um vigoroso movimento capaz de implementar uma ampla e massiva reforma agrária.

Resoluções

Os delegados e delegadas do Partido dos Trabalhadores reunidos no Encontro Setorial Agrário nacional realizado em Brasília, de 16 a 18 de maio de 2008, resolvem:

1. Considerar de grande importância estratégica e um grande acerto tático a Resolução sobre a Reforma Agrária aprovada por unanimidade dos delegados ao III Congresso Nacional do partido;
2. Reconhecer o distanciamento e a difícil relação atual do PT com a sua base social comprometida com a luta pela Reforma Agrária;
3. Alertar para a conjuntura de crise do capitalismo – a crise conjunta da desvalorização do dólar e das altas do petróleo e dos alimentos – que abre desafios e oportunidades únicas para o projeto popular, para o avanço da Reforma Agrária no Governo Lula e para o PT;
4. Reconhecer os inegáveis avanços da Política Agrária do Governo Lula e ao mesmo tempo alertar que suas ambigüidades estão levando, na conjuntura atual, a um acirramento das contradições;
5. Afirmar a necessidade de o partido agir enquanto partido, acumular o debate agrário e político internamente, e externamente articular uma ampla e comprometida base social, como sujeito e sustentação da Política Agrária do Governo Lula, formular suas diretrizes, garantir seu avanço e sua defesa política;
6. Frente às tarefas colocadas ao partido pela questão agrária na atual conjuntura, apelar

politicamente à Comissão Executiva Nacional do PT pela conversão do Núcleo Setorial Agrário Nacional em Secretaria Agrária Nacional Extraordinária.
Brasília, 18 de maio de 2008.

Moções Aprovadas

Moção à Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores pela Conversão do Núcleo Setorial Agrário Nacional em Secretaria Agrária Nacional Extraordinária

Nós, Delegadas e Delegados do Partido dos Trabalhadores reunidos nos Encontros e Plenárias Setoriais Nacionais, realizados em Brasília, vimos requerer a esta Comissão Executiva Nacional a conversão do Núcleo Setorial Agrário Nacional ora instituído em Secretaria Agrária Nacional Extraordinária em virtude da importância estratégica que tem a questão agrária para o PT enquanto uma de suas bandeiras fundantes, restituindo assim o status quo que sempre gozou a Reforma Agrária e ações correlatas no Partido dos Trabalhadores.

Aprovado por unanimidade pela plenária final do Encontro Setorial Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Brasília, 18 de Maio de 2008.

Moção de Desagravo ao companheiro José Juliano de Carvalho Filho

Considerando as informações veiculadas pela imprensa nacional na última semana em relação ao conflito instalado na reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que vincula o companheiro José Juliano de Carvalho Filho, professor aposentado da Faculdade de Economia e Administração da USP e diretor da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária, através de um laudo fraudado pelo agronegócio.

Considerando a história do companheiro em defesa da Reforma Agrária e contra o agronegócio e o latifúndio.

Considerando que o laudo em tela não representa a verdade, nem tampouco expressa a realidade dos povos indígenas da região.

Nós, militantes do Setorial Agrário Nacional do PT, DESAGRAVAMOS o companheiro José Juliano de Carvalho Filho, bem como repudiamos qualquer forma de tentativa de relacioná-lo com a violência instalada no estado de Roraima.

Encontro Setorial Agrário Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Brasília, 18 de maio de 2008.

Moção à Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores pela Revogação da Medida Provisória N.º 422/2008

Nós, delegados e delegadas do Partido dos Trabalhadores, reunidos nos Encontros e Plenárias Setoriais Nacionais, realizados em Brasília, vimos repudiar a edição e pedir pela revogação da MP N.º 422/2008, que encaminha pela alienação sem licitação de terras públicas até o limite de quinze módulos fiscais, por entender que tal instrumento legal propicia a regularização da grilagem de terras no país, além de conspirar contra a realização de uma Reforma Agrária ampla e massiva, se opondo aos legítimos direitos dos trabalhadores rurais que reivindicam terra para produzir e viver com dignidade.

Setorial Agrário Nacional, Brasília, 18 de maio de 2008.

Moção à Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores sobre a Defesa das Terras Indígenas Raposa Serra do Sol

Nós, delegados e delegadas reunidos nos encontros e plenárias Setoriais Nacionais/2008, reafirmamos a nota da CEN sobre a demarcação das terras indígenas Raposa Serra do Sol e solicitamos à CEN que de consequência imediata à mobilização do partido e da sociedade em debates, atos públicos e manifestações de parlamentares em todos os níveis, pela defesa das terras indígenas Raposa Serra do Sol já demarcadas, com a retirada dos grupos sociais estranhos à comunidade indígena, e ameaçada por contestação impetrada no Supremo Tribunal Federal pelas elites retrógradas desse país, aguardando voto do Ministro Carlos Ayres Brito, previsto para ser manifestado por volta de 15 ou 16 de junho.
Brasília, 18 de maio de 2008.

Coletivo Eleito

Coordenador: Osvaldo Russo – Distrito Federal

Coordenador Adjunto: Wellington Diniz – São Paulo

Membros Efetivos:

- Cloves Gomes Pessoa – Maranhão
- Delso Oliveira Andrade – Tocantins
- Willian César Sampaio – Mato Grosso
- Cledson Souza Felipe – Espírito Santo
- Gerson Teixeira – Distrito Federal
- Diolinda Alves de Souza – São Paulo
- Rosimeire Pan D'arco de Almeida Serpa – São Paulo
- Rosana Emília Gaspar – São Paulo

Membros Suplentes:

- Salvador Soltério de Almeida – Mato Grosso
- Antonio Oswaldo Storel Júnior – São Paulo
- José Vaz Parente – Distrito Federal

© **Publicação do Grupo de Trabalho Eleitoral 2008**

Agosto de 2008

Presidente: Ricardo Berzoini

Secretário Nacional de Comunicação: Gleber Naime

Secretário Nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais: Renato Simões

Coordenadores dos Setoriais

Setorial Comunitário: Valério Lopes – valerio.lopes@bol.com.br

Setorial de Economia Solidária: Niro Barrios – nrnbarrios@yahoo.com.br

Setorial de Educação: Selma Rocha – selmarocha@fpabramo.org.br

Setorial de Esporte e Lazer: Rubem Xavier – rxmartins1@gmail.com

Setorial de Moradia e Reforma Urbana: Luiz Gonzaga da Silva (Gegê) - igluta@yahoo.com.br

Setorial de Pessoas com Deficiência: Antônio José Ferreira – antoniojose.recife@yahoo.com.br

Setorial de Saúde: Conceição Rezende – conceição.rezende@camara.gov.br

Setorial de Transporte: Edson Gonçalves – alpha1@terra.com.br

Coordenadores dos Núcleos Setoriais

Núcleo Setorial Agrário: Oswaldo Russo – orusso@uol.com.br

Núcleo Setorial de Assuntos Indígenas: Frederico Magalhães (Fred) – fredkandangus@terra.com.br

Núcleo Setorial de Ciência e Tecnologia: Alexandre Fucille – fucille@unicamp.br

Núcleo Setorial de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais: Julian Rodrigues – julianvic@gmail.com

Organização: Maristella Victor de Matos

Revisão: Aldo Escobar / Maristella Victor de Matos / Sílvia Ramos

Projeto gráfico e editoração: Lavoro C&M

Impressão:

Tiragem:

“Os encontros setoriais nacionais compõem um conjunto de iniciativas partidárias, respaldadas pela Comissão Executiva Nacional e pelo Diretório Nacional do PT, voltadas para o fortalecimento de uma nova relação do Partido com os movimentos sociais e os governos que integramos.”



Partido dos Trabalhadores
Diretório Nacional

www.pt.org.br